

# PORANTIM

*Em defesa da causa indígena*

Ano XXXVIII • Nº 392  
Brasília-DF • Janeiro/Fevereiro 2017

**Dalmo Dallari: portaria do ministério da Justiça que altera demarcações é injusta e ilegal**

*Páginas 4 e 5*

## Resistência Tapeba

**Há mais de três décadas na luta pela demarcação, os Tapeba, do Ceará, mostram resiliência e firmeza frente aos embates e às ameaças**

*Páginas 8 e 9*

**Terror no Teles Pires: MPF pede indenização a vítimas da Operação Eldorado, que matou Adenilson Krixí Munduruku em 2012**

*Páginas 10 a 12*

# O ano mal começou

Egon Heck, Secretariado Nacional do Cimi

**E** promete. Temer é temerário. Até prova em contrário, o Estado brasileiro continuará se movimentando no sentido de suprimir direitos e conquistas indígenas e de outros segmentos sociais, como os povos e comunidades tradicionais. Já ficou manifesta a intenção do governo e do presidente da República de limpar do caminho os possíveis obstáculos, como os povos indígenas, para a implementação de grandes projetos. A nomeação do trigésimo quinto presidente da Funai vem nessa direção. A mineração em terras indígenas será outro flanco de luta. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 e o Projeto de Lei (PL) 1610 continuarão sendo o “cavalo de Troia” que segue tentando avançar em outros espaços, como a tentativa de implementar o “marco temporal” e a segunda edição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra.

No jogo de xadrez dos interesses anti-indígenas, colocaram um general na frente. Não como presidente do órgão indigenista, mas numa área estratégica para avançar na direção do saque dos recursos naturais nas terras indígenas, principalmente a madeira e os minérios. O general Franklimberg foi nomeado como diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ou seja, coerente com o pensamento de que o índio não pode ser um ônus para a nação e muito menos obstáculo ao avanço do progresso do país. Será uma reedição do general Demócrito na direção do “Departamento Geral de Patrimônio Indígena”, o famigerado DGPI da década de 1970.

Se, por um lado, vemos com apreensão a retomada das iniciativas anti-indígenas do Estado, particularmente no que tange aos intentos de retirada de direitos indígenas garantidos pela Constituição, por outro, é visível e manifesta a disposição do movimento indígena e seus aliados de lutar para que nenhum direito seja suprimido. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) já manifestou sua preocupação com as primeiras manobras do governo e da bancada ruralista nesse início de ano, através da sorrateira manobra para militarizar a Funai e quebrar a resistência dos povos indígenas.

Nos primeiros dias deste ano já se fez presente, em Brasília, uma delegação dos povos indígenas do Rio Grande do Norte, que, até pouco tempo, era considerado um estado sem população indígena. Vieram dizer que não apenas existem, mas que somarão forças com os demais povos indígenas do país para a garantia dos direitos, exigindo o fortalecimento e ação efetiva

da Funai na salvaguarda dos direitos dos povos indígenas. Denunciaram uma série de violências de que foram vítimas nos últimos anos. Colocaram-se à disposição da luta pelos direitos dos povos indígenas no país, exigindo o cumprimento da Constituição e, principalmente, da demarcação das terras indígenas.

Se, nos últimos anos, a presença de delegações indígenas em Brasília foi intensa, é possível se vislumbrar não apenas a continuidade dessa prática, mas até uma presença quase permanente e continuada nos espaços do poder. Além disso, é possível prever a continuidade e ampliação dos mecanismos de pressão, como as retomadas dos territórios tradicionais e autodemarcação das terras, bem como as denúncias e pedidos de socorro em nível nacional e internacional.

Lideranças de alguns acampamentos Kaiowá Guarani denunciam que as comunidades estão passando fome, pois dependem de doações e de cestas básicas, que se encontram atrasadas. É lamentável o estado de dependência e vulnerabilidade em que se encontram, principalmente pela não demarcação de suas terras.

Além disso, estão anunciadas reintegrações de posse de pequenas áreas retomadas, no entorno da terra indígena de Dourados. Áreas essas que, conforme a Funai e Ministério Público, são parte desse território indígena e foram tomadas dos índios com o decorrer do tempo.

Os Kaiowá Guarani estão submetidos a um processo de genocídio e violência, denunciado nas últimas décadas em vários organismos nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Parlamento Europeu. Além disso, um relatório foi entregue ao Papa Francisco e várias delegações nacionais e internacionais de direitos humanos estiveram em Mato Grosso do Sul.

Apesar de tudo, estão com grande disposição de fazer avançar os processos de reconhecimento e demarcação de suas terras. Contam com o apoio e solidariedade de todas as pessoas de boa vontade, lutadores pela justiça e pela paz.

A não aprovação da PEC 215 e o inconcluso relatório da CPI da Funai e Incra 2 deixaram um gosto amargo na boca do agronegócio e setores anti-indígenas. Tudo indica, buscarão revanche nesse início de um novo ano. Os povos indígenas e seus aliados estão atentos e mobilizados para eventuais cenários adversos. Mas a primeira cutucada no agronegócio e suas políticas destrutivas veio onde menos se esperava – da escola de Samba Imperatriz Leopoldinense. Parabéns e boa sorte aos bravos sambistas.

## Porantinadas

### CPI na gastança

Os deputados e deputadas ruralistas da linha de frente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra 2 gastaram mais do que a Fundação dispendeu com demarcações de terras indígenas em 2016. Os dados oficiais comprovam: R\$ 3 milhões liquidados pela Funai contra R\$ 3,5 milhões recebidos pelos “nobres” deputados em cotas parlamentares no mesmo período. Somente um deputado ruralista, Alceu Moreira (PMDB/RS) custou R\$ 476.373,00 aos cofres públicos. Quase meio milhão de reais foram gastos pelo presidente da arquivada e da atual CPI da Funai e Incra 2 com manutenção de escritório, viagens aéreas, veículos, alimentação, divulgação da atividade parlamentar, telefonia e contratação de um escritório de advocacia.

### Sem retribuição

Em dezembro os Kaingang da Aldeia Condá fizeram um ritual para homenagear os jogadores da Chapecoense mortos em acidente de avião na Colômbia. O símbolo do time é o índio Condá, antigo cacique Kaingang do município. Mas ninguém prestou atenção ao símbolo, para que não se esqueçam da própria origem. Assim como não deram importância a uma vida da aldeia Condá perdida por causa da falta de atenção de um motorista de ônibus O menino Kaingang Naman da Rosa, de nove anos, foi atropelado em fevereiro, em Chapecó. Seus parentes apontaram a indiferença total em relação à vida perdida. Pior que a indiferença foi o comentário no facebook, postado após um vídeo que mostrava o momento em que o pai e a mãe encontraram o corpo da criança ensanguentada e morta no asfalto: “Um bugre esmoleiro a menos”. Esse foi o “afago” de um morador local à família em choque com a perda do filho. Os Kaingang denunciaram as manifestações racistas ao Ministério Público Federal, que deve tomar providências.

### Lembrança suprema

“O direito de posse das terras indígenas brasileiras é anterior ao direito de propriedade de qualquer latifundiário do agronegócio”. Com essas palavras, o indigenista Egydio Schwade, um dos fundadores do Cimi, tentou avivar a memória de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal. “Semelhantemente, as terras reivindicadas pelos quilombolas devem ser respeitadas por uma questão de justiça, já que se tratam de populações trazidas para o país à força pelos governos dos latifundiários”, escreveu em carta destinada ao supremo juiz. Relembrando o caminho dos dois, cruzados muitas vezes, escreveu: “Cheguei ao seu município, Diamantino/MT, em 1963...” E vai descrevendo a transformação do menino que começou seus estudos em Diamantino em um ginásio criado para os pobres e excluídos. E aviva a memória do ministro que mudou o discurso até se transformar num dos maiores defensores do agronegócio, contra as demarcações e medidas que favoreçam os excluídos da nossa sociedade. Crente na humanidade, Egydio torce para que embaixo da pomposa toga ainda tenha resquícios da criança de Diamantino.



# Portaria que altera procedimentos nas demarcações é um rasgo na Constituição

O Ministério da Justiça tentou emplacar a Portaria Nº 68 para mudar os procedimentos na demarcação das terras indígenas estabelecidos no Decreto 1175/96. Diante da reação negativa imediata de organizações indígenas e indigenistas, “corrigiu” o enunciado, lançando a Portaria Nº 80, que mantém o claro objetivo de retardar ou impedir a conclusão dos processos de demarcação

Por **Railda Herrero**, jornalista e colaboradora

O Ministério da Justiça tentou, com a Portaria Nº 68, de 14 de janeiro, criar a primeira norma explícita para regulamentar procedimentos de demarcação das terras indígenas, estabelecidos no Decreto 1775/96. O enunciado, vazado na imprensa em dezembro, revelava a total subserviência do governo postizo aos grupos vinculados ao agronegócio e seus representantes ativos na bancada ruralista do Congresso Nacional.

A Articulação Nacional dos Povos Indígenas (Apib) manifestou, imediatamente, “indignação e repúdio” à medida do governo Michel Temer por “rasgar, de cara, o texto constitucional que reconhece os direitos indígenas e o Decreto 1775, que embasa a demarcação das terras indígenas”.

A indignação com o conteúdo nefasto da Portaria 68 se propagou, com reações contrárias imediatas do movimento indígena, de diversas instituições e de organizações como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Instituto Socioambiental (ISA), a Operação Amazônia Nativa (Opan), o Greenpeace Brasil, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), entre tantos outros.

Diante da repercussão negativa, o Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, aparentemente, engatou a marcha a ré, “corrigindo” a medida e substituindo-a pela Portaria Nº 80, em 17 de janeiro. No entanto, a nova medida continua nefasta, pois, ao regulamentar os procedimentos de demarcação, continua deslegitimando as demandas territoriais dos povos indígenas, deixando as terras ancestrais à mercê dos interesses de grandes grupos econômicos. O texto “corrigido” também gera manipulação do teor do decreto 1775 e tenta desconstruir os direitos indígenas assegurados pela Constituição e pelos tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Entre tantas mazelas, a nova Portaria institui um Grupo de Trabalho (GT) com o propósito de “avaliar” os processos de demarcação. Essa “avaliação” possibilita que decisões políticas, em favor de interesses particulares, prevaleçam sobre as conclusões de estudos técnicos e multidisciplinares da Fundação Nacional do Índio (Funai). A medida possibilita ainda a realização de diligências, audiências públicas e meios de participação das “partes interessadas”, quer dizer, dos invasores de terras indígenas,



A Portaria Nº 80 é mais um ataque para barrar as demarcações.

ou dos que planejam abocanhar esses últimos redutos protegidos por seus habitantes ancestrais. Além disso, busca inviabilizar as demarcações e anular procedimentos já em curso ou concluídos.

## Etnocídio a vista

Após visitar diversas áreas indígenas no Brasil, no ano passado, a relatora das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, levou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU a preocupação com a ausência de avanços na defesa dos direitos dos povos indígenas e com os retrocessos institucionais e as ameaças de retrocessos legais constatados em sua estadia.

A Portaria Nº 68, e a substituta “corrigida”, com o número 80, confirma o cenário vislumbrado pela relatora ao conhecer de pertos os interesses sobre as terras indígenas. Tauli-Corpuz declarou que os retrocessos nos direitos estariam levando a situações de etnocídio no país que, durante muito tempo, foi exemplo para o mundo em relação à proteção de terras indígenas.

A Apib se manifestou também nessa direção, ao ava-

liar os resultados da desastrosa medida do governo. Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a portaria proposta e reformulada, o enfraquecimento da Funai, que conta, nesse ano, com o pior orçamento de sua história e a ausência de diálogo com o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), ligado ao Ministério da Justiça, são indicadores do “claro objetivo de retardar ou impedir a conclusão dos processos de demarcação, revelando o propósito do atual governo no sentido de enterrar políticas de demarcação de terras indígenas e outras pautas de regularização fundiária, o que só contribui para a ampliação e perpetuação dos conflitos existentes”.

O movimento indígena e organizações indigenistas contrárias à Portaria nº 80/2017 exigem sua imediata revogação. Exigem ainda que o governo retome urgentemente os processos de demarcação das terras indígenas e fortaleça a Funai, para que cumpra sua missão institucional.

Nas páginas 4 e 5 publicamos uma análise detalhada do professor Dalmo de Abreu Dallari sobre as inversões jurídicas contidas na Portaria n.º 80. O jurista detalha ainda as injustiças e a ilegalidade que a medida representa.

## Partido conservador e militares dominam a Funai

O Ministério da Justiça nomeou, em 12 de janeiro, um pastor evangélico para a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). O dentista e ex-assessor parlamentar Antônio Fernandes Toninho Costa foi indicado pelo conservador Partido Social Cristão (PSC), que queria emplacar um general do Exército para o cargo. Entre 2010 e 2012, o pastor foi coordenador-geral de Monitoramento e Avaliação da Saúde Indígena na Secretaria Especial de Saúde Indígena.

A Presidência da Funai estava sem um comando efetivo desde junho do ano passado. Dois funcionários de carreira ocuparam o cargo interinamente até a nomeação de Toninho Costa. Em julho

do ano passado o Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, rejeitara a indicação do general da reserva Sebastião Roberto Peternelli Júnior para presidir o órgão indigenista, apesar do cargo ter sido negociado durante o processo de derrubada de Dilma Rousseff da Presidência. Isso porque o militar extrapolou nos comentários de apoio ao golpe militar de 1964 na página do facebook.

Após a nomeação do pastor, o general do Exército Franklimberg Rodrigues de Freitas foi nomeado para o cargo de Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai. O general assessorava o Comando Militar da Amazônia, em Manaus, desde agosto passado, após

indicação do presidente do PSC, o Pastor Everaldo Nascimento, que é defensor das bancadas ruralista e evangélica no Congresso.

Desde a escalada de Temer ao poder, o PSC lidera um movimento para indicar militares para a Funai. O partido havia indicado o general Sebastião Roberto Peternelli, para presidir a Funai, mas desistiu após reação do Movimento Nacional Indígena e de organizações que defendem os direitos indígenas e os direitos humanos. Lideranças indígenas também rejeitaram o nome do general Franklimberg.

A mudança no comando da Funai aconteceu em meio aos protestos que ocorrem desde o ano passado contra

propostas do governo de alterar os procedimentos na demarcação de terras indígenas e reestruturar a Fundação.

Em nota pública, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) denunciou que as mudanças na Fundação Nacional do Índio e nos procedimentos para demarcação de terras têm como objetivo “atender vergonhosamente aos interesses da bancada ruralista, do agronegócio, e a implantação de empreendimentos de infraestrutura, além do esbulho e usurpação dos bens naturais preservados milenarmente pelos povos indígenas, numa total negação de seu direito ao usufruto exclusivo previsto na Carta Magna”.

# Índios e direitos agredidos

Inversões da ordem jurídica brasileira, sob a caneta do Ministro da Justiça, foram aparentemente alteradas e corrigidas, após reações indignadas e denúncias. Nesse artigo, o jurista e professor Dalmo Dallari explica quais direitos estão ameaçados e afirma que a nefasta portaria, apesar de corrigida e substituída, mantém a injustiça e a ilegalidade

Dalmo de Abreu Dallari\*

Fatos extremamente reprováveis ocorreram ultimamente na ordem jurídica brasileira, ameaçando direitos proclamados e assegurados pela Constituição, e, ao mesmo tempo, ofendendo disposições de normas constitucionais quanto ao sistema normativo e às competências das autoridades e dos órgãos públicos federais. O acontecimento foi mais surpreendente ainda porque o ator principal dessa confusão jurídica, pelo menos o responsável ostensivo, foi o Ministro da Justiça, autor de um excelente e prestigioso comentário da Constituição de 1988.

As questões acima referidas afetam os direitos dos índios sobre suas terras, direitos fundamentais que são expressos e claramente estabelecidos na Constituição, sendo oportuno lembrar aqui alguns desses dispositivos, para que fique bem evidente a confusão jurídica desencadeada, e, pouco depois, alterada e aparentemente corrigida, em decorrência de forte reação e de várias denúncias que a ela se opuseram. O ponto básico é o

## **direito dos índios às suas terras, consagrado no artigo 231 da Constituição,**

segundo o qual são reconhecidos aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. E, para ampla garantia desse direito, foram acrescentados vários parágrafos ao artigo 231, dispendo o parágrafo 4º que “as terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”. Reforçando ainda mais esses dispositivos, o parágrafo 6º do mesmo artigo 231 dispôs que “são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo”.

Apesar da clareza desses dispositivos constitucionais, ocorreram e continuam ocorrendo muitas invasões e tentativas de invasão de terras indígenas, visando o apossamento ilegal e a usurpação das riquezas nelas existentes. Os invasores e usurpadores são, principalmente, pessoas e grupos ligados ao agronegócio, à retirada de madeira das florestas e às atividades de mineração, além de outros. Índios e comunidades indígenas foram expulsos de seus territórios, por meios violentos, tendo havido até a matança de índios além da expulsão de suas terras e da usurpação de suas riquezas. Prevendo que isso fosse ocorrer, pois já havia muitos precedentes, e buscando dar maior garantia aos direitos dos índios, a Constituinte de 1988, visando assegurar efetivamente esses direitos em toda a sua amplitude, estabeleceu com bastante ênfase, no

## **artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”.**

Como é evidente, a demarcação das terras indígenas é uma obrigação constitucional do Governo Federal

e deveria ter sido concluída até cinco anos a partir da promulgação da Constituição, que ocorreu em 5 de Agosto de 1988. Até agora só foi feita a demarcação de pouco mais da metade das terras indígenas.

Esse retardamento é devido, em grande parte, à enorme deficiência dos meios atribuídos aos órgãos encarregados da demarcação, o que caracteriza uma omissão intencional dos Poderes Legislativo e Executivo da União no cumprimento de uma obrigação constitucional. Essa omissão decorre da pressão exercida por interesses poderosos que praticaram, estão praticando ou pretendem praticar as invasões de terras indígenas. Assim, decorridos quase trinta anos da promulgação da Constituição os invasores de terras indígenas procuram impedir ou retardar ao máximo as demarcações, para que possam alegar que não se sabe onde começa e termina uma área indígena. Tentam justificar as invasões com os argumentos de que estavam de boa fé e não cometeram ilegalidade, pois não podiam saber que estavam entrando numa terra indígena.

E aqui vêm os fatos muito reprováveis acima referidos, que se ligam à tentativa de interferir nas demarcações e mesmo de alterar as que já foram feitas e regularmente concluídas pelos órgãos e pelas autoridades competentes obedecendo aos procedimentos legais. Para dar efetividade ao processo de demarcação previsto na Constituição foram fixadas regras precisas, quanto às competências e aos procedimentos, na

## **Lei nº 6001, de 9 de Dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), que estabelece expressamente, no artigo 19, que as terras indígenas serão demarcadas “por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio” (Funai),**

dispendo o parágrafo 1º desse mesmo artigo que a demarcação assim efetuada “será homologada pelo

Presidente da República”. Posteriormente, pelo **decreto presidencial nº1775, de 8 de Janeiro de 1996, foi expressamente estabelecido no artigo 1º que “as terras indígenas serão demonstrativamente demarcadas por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio”, a Funai, que, além de considerar a ocupação ostensiva e diversificada das áreas por comunidades indígenas para os objetivos necessários à sua sobrevivência, “fundamentará sua decisão em trabalhos desenvolvidos por antropólogos de qualificação reconhecida”.**

No caso de terem sido formalmente apresentados à Funai alguns questionamentos sobre aspectos particulares da demarcação de uma área, o processo demarcatório será encaminhado ao Ministério da Justiça, para que examine as objeções e sugestões. Feito esse exame o Ministro da Justiça deverá declarar encerrada a demarcação ou então, se entender que existe consistência em algum questionamento, poderá devolver o processo à Funai para que faça as correções necessárias.

Indo muito além de suas atribuições legais, o Ministro da Justiça publicou, em 14 de Janeiro de 2017, a Portaria nº 68, criando no âmbito daquele Ministério um Grupo Técnico Especializado para avaliação dos processos de demarcação de terra indígena. Como é evidente, estavam sendo afrontadas disposições da Lei nº 6001 e da Portaria presidencial nº1775 de 1996 que deram à Funai essas atribuições. Mais grave ainda, pela Portaria 68 o Grupo Técnico Especializado tem o objetivo de assessorar o Ministro em assuntos que envolvam a demarcação de terras indígenas, considerando a ocupação concreta, imediata e ostensiva e, absurdamente, se as áreas são utilizadas para atividades produtivas e ainda “a viabilidade econômica da ocupação”. Não há espaço para a preservação da cultura tradicional dos povos indígenas e para as atividades que asseguram sua subsistência. Coroando essa absurda deformação do conceito de ocupação, minuciosamente desenvolvida com apoio de antropólogos, agrônomos e outros especialistas, a Portaria estabelecia que o Grupo Especial seria composto por representantes de quatro setores da administração pública, sendo um deles a Funai e os demais sem qualquer atribuição ou experiência relacionadas com os índios.

Uma particularidade muito grave, que não encontra justificativa, é que no Grupo Especial não foi incluído um representante do Conselho Nacional de Política Indigenista, órgão já existente no próprio Ministério da Justiça e obviamente especializado em assuntos indígenas. Evidentemente, o objetivo dessa Portaria estava bem longe do cuidado

com a efetivação dos direitos tradicionais dos índios consagrados na Constituição e com a proteção desses direitos, pois, sob aparência de cuidado com o direito, estava sendo criada a possibilidade de interferência indevida. Isso é confirmado por disposições do artigo 4º que dão ao Grupo Especializado a competência para verificar, inclusive, prova de ocupação e do uso histórico das terras pelas comunidades indígenas e demonstração da viabilidade econômica da ocupação



“Decorridos quase trinta anos da promulgação da Constituição, os invasores de terras indígenas procuram impedir ou retardar ao máximo as demarcações, para que possam alegar que não se sabe onde começa e termina uma área indígena”

\* Dalmo de Abreu Dallari é professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e professor catedrático da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, na cadeira de Educação para a Paz, Direitos Humanos e Democracia e Tolerância. Há décadas, o jurista atua na defesa dos direitos indígenas. Esse artigo foi produzido para a Comissão Pró-Índio de São Paulo.



O jurista Dalmo Dallari, na TI Tenondé Porã, em São Paulo

“Esse retardamento é devido, em grande parte, à enorme deficiência dos meios atribuídos aos órgãos encarregados da demarcação, o que caracteriza uma omissão intencional dos Poderes Legislativo e Executivo da União no cumprimento de uma obrigação constitucional.”

índigena, além de outros aspectos particulares, entre os quais “a delimitação de terra em extensão e qualidade suficiente para o desenvolvimento da comunidade”.

Do ponto de vista jurídico aquela Portaria era uma aberração, pelo conteúdo, mas, além disso, era absurda também por contrariar disposições constitucionais e legais expressas. Basta lembrar que nos termos do **artigo 1º do Decreto nº 1775 de 1996 “as terras indígenas serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sobre orientação**

**do órgão federal de assistência ao índio”,** que é a Funai.

A esse respeito é oportuno lembrar aqui o ensinamento do eminente mestre do Direito Administrativo José Cretella Júnior. Num substancial trabalho intitulado “Valor jurídico da portaria” o mestre registra o seguinte: “Como ato administrativo que é, a portaria não tem vida autônoma. Ao contrário, fundamenta-se sempre em lei, regulamento ou decreto anterior, sua base jurídica”. E conclui enfaticamente: “Onde a portaria fere de modo frontal a lei, o regulamento, o decreto, o intérprete concluirá, de imediato, por sua ilegalidade. Onde a portaria inova, criando, inaugurando, regime jurídico disciplinador de um instituto, é ilegal e, pois, suscetível de censura jurisdicional” (*In Revista de Direito Administrativo – julho/setembro 1974*). A publicação dessa desastrosa Portaria provocou indignação e intensa reação, pois, além da ilegalidade essas manifestações deixavam evidente o absurdo da marginalização da Funai.

Tentando amenizar as resistências o Ministro da Justiça publicou, no dia 19 de Janeiro de 2017, nova portaria, de

“Tendo em vista os desvios aqui demonstrados, o Ministro da Justiça deverá comprovar sua capacidade de resistir às pressões dos poderosos que desprezam a Constituição e os Direitos Humanos. Isso deverá ter como ponto de partida a imediata revogação da ilegal e injusta Portaria 80, de 19 de janeiro de 2017.”

número 80, revogando a Portaria 68, publicada apenas cinco dias antes. A nova portaria tem somente dois artigos. Pelo artigo 1º é reproduzido o que dispunha a Portaria nº 68 criando o Grupo Técnico Especializado. Pelo artigo 2º é definida a composição do Grupo, nos mesmos termos da portaria anterior. Mas na Portaria 80 não são incluídas exigências como a prova de ocupação e uso histórico das terras, não havendo também qualquer referência à extensão das terras. Apesar das modificações

tentando diminuir a aparência de iniciativa contrária aos direitos indígenas, a essência da nova portaria é a mesma da anterior, sobretudo pela exclusão da iniciativa e da orientação da Funai para o processo demarcatório, expressamente previstas no decreto nº 1775 de 1996, podendo se concluir com absoluta segurança que a Portaria 80 é tão ilegal quanto a 68.

Por tudo o que foi exposto, é necessária e urgente uma demonstração de que o Brasil continua e continuará a ser um Estado Democrático de Direito. Para tanto, tendo em vista os desvios aqui demonstrados, o Ministro da Justiça deverá comprovar sua capacidade de resistir às pressões dos poderosos que desprezam a Constituição e os Direitos Humanos. Isso deverá ter como ponto de partida a imediata publicação de uma nova Portaria pelo Ministro da Justiça, revogando, pura e simplesmente, a ilegal e injusta Portaria 80, de 19 de Janeiro de 2017. Com isso estarão preservados os direitos fundamentais que a Constituição assegura aos índios, como seres humanos e brasileiros. Essa revogação é também necessária para preservação da imagem de jurista do ministro Alexandre de Moraes, para comprovação da autenticidade de seu compromisso com o Direito e a Justiça. ♦

Assine o  
**PORANTIM**  
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

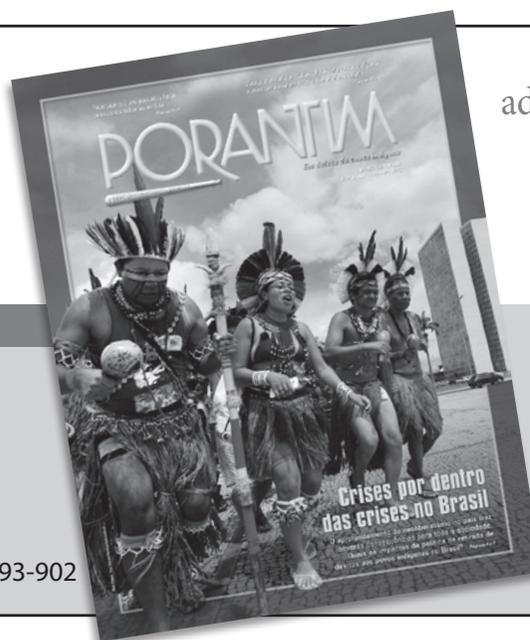
**CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul – Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

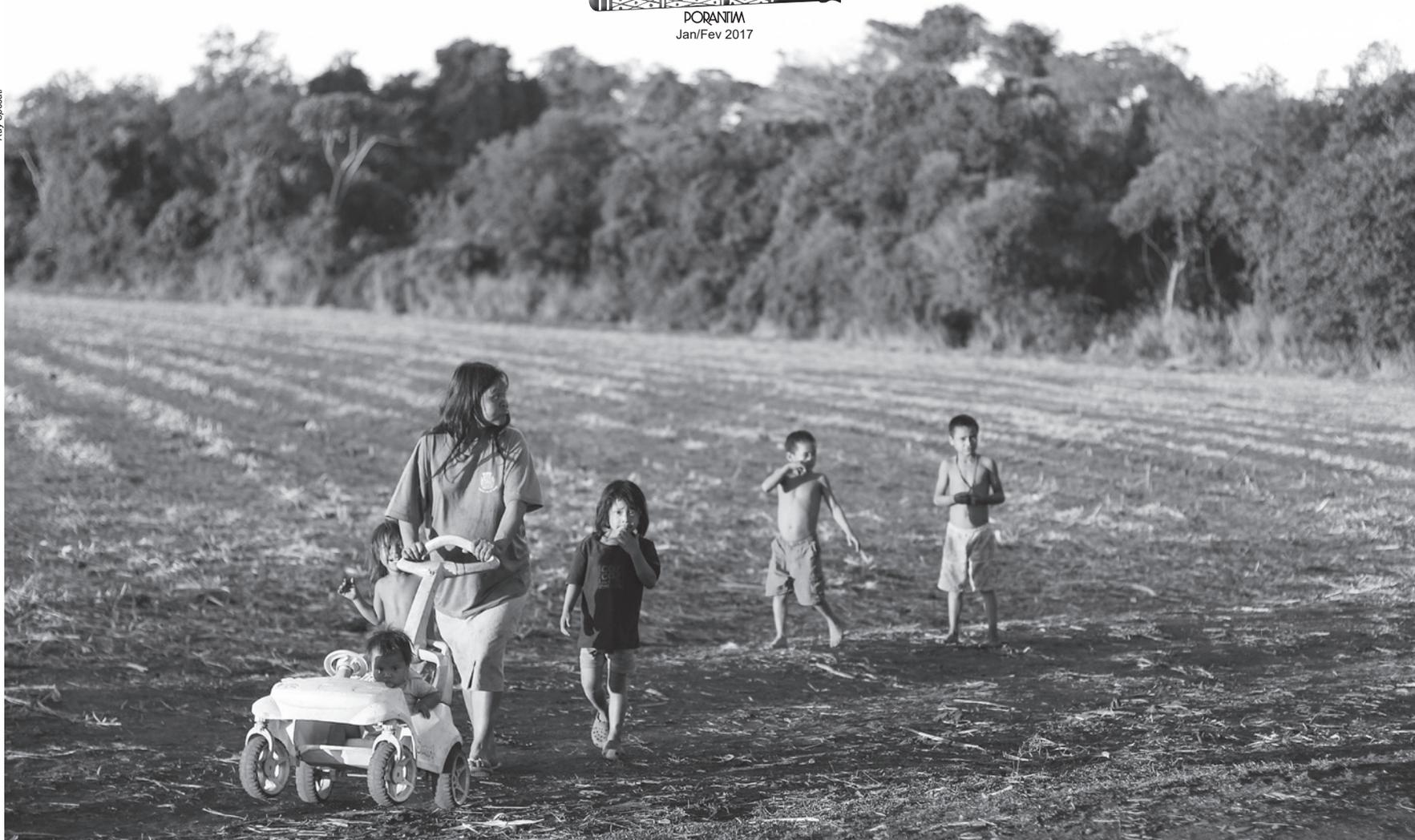
Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio\*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

\* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



Com grandes aquisições de terra por investidores estrangeiros em alta, comunidades indígenas serão ainda mais impactadas. Na foto, retomada Guarani Kaiowá do tekoha Apyka'í, no Mato Grosso do Sul

## Vinte grupos estrangeiros dominam três milhões de hectares de terras no Brasil

A organização internacional Grain confirmou, em 2016, a consolidação do fenômeno mundial de mega-aquisições de terras por grandes corporações e fundos estrangeiros, conhecido como *land grabbing*. Nesse artigo, o *De Olho nos Ruralistas* apresenta os números levantados por essa organização internacional que apoia pequenos produtores e movimentos sociais em luta por sistemas alimentares baseados na biodiversidade.

Alceu Castilho, *De Olho nos Ruralistas*

**P**elo mundo, mais de trinta milhões de hectares foram adquiridos por apenas 490 proprietários. Os dados da organização Grain referem-se ao ano de 2016 e contam – ainda que de maneira incompleta – a história recente do *land grabbing*, um fenômeno mundial que pode ser definido como a mega-aquisição de terras por investidores estrangeiros. Grandes corporações, fundos. A Grain avisa: essa tendência continua em alta.

E o Brasil é um dos principais protagonistas. Principalmente como território dessas aquisições. Mas já aparece também como comprador. O relatório da Grain inclui entre os destaques pelo mundo a expansão do grupo JBS na Austrália. A empresa já tem cinco estabelecimentos com 10 mil hectares, com produção anual de 330 mil cabeças de gado. Somente a JBS australiana exporta para mais de oitenta países, o que ilustra bem a escala global do *land grabbing*.

### África e América do Sul

O agronegócio brasileiro também está presente na Colômbia, com o grupo Mônica Semillas, que leva o nome da empresária matogrossense Mônica Marchett – filha do produtor de soja Sérgio João Marchett, um dos acionistas principais da empresa. A Grain identificou 8.889 hectares de soja e milho da Mônica na Colômbia. Mas a corporação possui ainda 70 mil hectares na Bolívia e terras no Paraguai. Segundo a

Grain, a empresa já foi condenada a pagar 2 milhões de pesos por subsídios indevidos, que violam a lei de terras colombiana.

O Paraguai aparece duas vezes, com brasileiros no relatório, pelas atividades do Grupo Favero e de Wilmar dos Santos. Ambos sojeiros. O primeiro tem 33.719 hectares. Santos teria 1.000 hectares – o critério da Grain para grandes propriedades é o piso de 500 hectares. O Senado paraguaio expropriou 11 mil hectares de Tranquilo Favero para um parque. Wilmar dos Santos é definido no relatório como um dos muitos brasileiros “colonialistas”, produtores de soja transgênica. Os agrotóxicos de Wilmar dos Santos estariam envenenando animais e cursos d’água utilizados por camponeses.

A Asperbras representa os investimentos brasileiros no Congo, com propriedades que somam 50 mil hectares. O empresário Francisco Colnaghi tem um leque amplo de culturas no país: cana de açúcar, pecuária, soja e milho. O total de área plantada já teria ultrapassado 100 mil hectares. Ainda na África, o Brazil Agrobusiness Group – de Frademir Saccol – aparece no relatório com 8 mil hectares de arroz em Gana. Seiscentos camponeses despejados foram à Justiça contra a empresa.

No Sudão, o Pinesso Group – da família sulmatogrossense Pinesso – possui 12 mil hectares para produção de grãos, em parceria com o governo local. E mira o Moçambique. No Brasil, em 2015, o grupo tinha 110 mil hectares no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e no Piauí e estava em recuperação judicial por uma dívida de R\$ 571 milhões.

### De olho no Brasil

Mas o Brasil aparece bem mais vezes no relatório como alvo dos investidores. E com quantidades de terra – adquiridas ou geridas por estrangeiros – ainda mais fabulosas.

Vejamos:

1) A BrasilAgro, com capital da argentina Cresud (que já foi um investimento de George Soros e também tem aporte chinês), possui 166 mil hectares para cana, grãos e pecuária.

2) O fundo canadense Brookfield Asset Management possui 97.127 hectares para produção de soja e cana de açúcar em terras brasileiras. E está de olho na aquisição de mais usinas.

3) A empresa Universo Verde Agronegócios também atende pelo nome de Chongqing Grain Group, a maior empresa estatal chinesa do setor de grãos. No Brasil, segundo o relatório da Grain (a ONG, não a empresa), o grupo possui 100 mil hectares, mais da metade deles “como se fossem de brasileiros”. O MST ocupou, em 2015, uma área de 750 hectares em Porto Alegre, definindo-a como improdutiva.

4) Outra empresa estatal chinesa, a Cofco, aparece com 145 mil hectares de cana no relatório. Com direito a capital de Singapura, do fundo de ativo privado Hopu Investment Management e do Banco Mundial.

## Liberar venda de terras a estrangeiros é prioridade da bancada ruralista

Assessoria de comunicação

A aprovação do Projeto de Lei (PL) 4059/2012, que pretende liberar no território brasileiro a compra de terras por empresas com capital estrangeiro, é uma das prioridades da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Na avaliação dos movimentos sociais, este PL pode colocar em risco a soberania alimentar do Brasil e aumentar ainda mais os conflitos no campo e a pressão sobre os territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, já afetados pela pressão do modelo destrutivo do agronegócio.

O projeto de lei de 2012 é parte da “Pauta Positiva” da bancada ruralista para o biênio 2016-2017 e, exceto para os grandes proprietários de terras, de positiva não tem nada.

Apresentada pelos ruralistas a Michel Temer como moeda de troca pelo apoio ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, a pauta também exige, entre outras coisas, a flexibilização do conceito de trabalho escravo contemporâneo, para legalizar a superexploração de trabalhadores e trabalhadoras no campo, e a PEC 215/2000, que pretende transferir a competência da demarcação de terras indígenas do Executivo para o Legislativo e, na prática, inviabiliza as demarcações e coloca em risco as terras já demarcadas.

O escopo do PL 4059/2012 é regulamentar o artigo 190 da Constituição Federal, que dispõe sobre



A Bunge administra 230 mil hectares de cana de açúcar no Brasil. Em 2015, mulheres da Via Campesina ocuparam a sede da multinacional do agronegócio em Luziânia (GO)

a venda de propriedades rurais brasileiras para estrangeiros. Atualmente, um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), de 2010, veda esta prática.

O secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, afirma que o projeto evidencia a contradição do discurso ruralista, que costuma denunciar as demarcações de terras indígenas e as organizações apoiadoras dos povos originários como movidas por “interesses internacionais”.

“Como está evidente, o que realmente interessa aos ruralistas é ‘parecer’ nacionalistas e usar o argumento do risco à desnacionalização do território brasileiro de

modo sofista em defesa dos interesses de apropriação privada, inclusive das terras indígenas, seja por eles próprios, seja por representantes do capital internacional”, afirma Buzatto.

Em agosto, diversos movimentos sociais manifestaram-se contra o PL 4059, afirmando em carta que “vender terras públicas significa vender biodiversidade, água, bens naturais, subsolo e o controle de nosso território ao capital estrangeiro. Ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de compra ilimitada pelos estrangeiros, temos o direito à terra negado a milhões de brasileiros”.

5) A francesa Louis Dreyfus Commodities comparece ao relatório sobre *land grabbing* com nada menos que 430 mil hectares no Brasil. Para cana, arroz, laranjas e laticínios. E ainda opera mais 500 mil hectares, sem direito de propriedade. O grupo controla 10% do mercado mundial de matérias primas agrícolas, informa a Grain. O grupo está em doze estados brasileiros.

6) A Índia também já se faz presente no Brasil. A Shree Renuka Sugars – aqui, Renuka do Brasil – possui 139 mil hectares de cana de açúcar, a partir da compra, nos últimos anos, de usinas brasileiras. O grupo Equipav possui 49,7% das ações.

7) A japonesa Mitsubishi atua em terras brasileiras pela Agrex do Brasil. São 70 mil hectares de soja nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Goiás. O brasileiro Paulo Fachin tem 20% de participação no grupo.

8) Mais duas empresas japonesas estão no relatório da Grain. A Sojitz Corporation (aqui, Contagalo) produz 150 mil hectares de soja, milho e trigo. Os planos são de triplicar a produção e adquirir mais 200 mil hectares.

9) A outra empresa japonesa é a Mitsui & Co, com 87 mil hectares de grãos na Bahia, no Maranhão e em Minas Gerais. A face brasileira do grupo é a SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas.

10) A Holanda entra na lista com o Grupo Iowa, na matriz BXR Group. São 12 mil hectares de grãos na Bahia. O BXR pertence ao checo Zdenek Bakala (estamos falando de globalização, afinal), em parceria com o Credit Suisse.

11) A Nova Zelândia aparece com discretos 850 hectares em Goiás. Maior exportadora mundial de produtos lácteos, ela abastece com essa atividade a Dairy Partners America, parceria com a suíça Nestlé.

12) A antiga metrópole também faz parte dessa nova colonização: Portugal está na lista brasileira de *land grabbing* com a Nutre, ou Prio Foods no Brasil, com 29.528 hectares. Um terço dessa área fica no Maranhão, onde a empresa pretende adquirir mais 14 mil hectares.

13) Outro país marcado pelo histórico de metrópole, o Reino Unido, compõe esse cenário com o fundo de investimentos Altima Partners (ou, regionalmente, El Tejar), com 130 mil hectares para pecuária e grãos, principalmente no Mato Grosso.

14) E, falando em investidores estrangeiros, que tal, novamente, o nome de George Soros? O estadunidense controla 127 mil hectares no Brasil, segundo a Grain, por meio da Adecoagro, em parceria com um fundo de pensão holandês. O leque de culturas é variado: café, cana, grãos, pecuária.

15) Os seis últimos investidores da lista são estadunidenses. Começamos com o Archer Daniels Midland e seus 12 mil hectares para produção de óleo de palma no Pará.

16) Um dos nomes mais conhecidos da lista, a multinacional Bunge administra 230 mil hectares de cana de açúcar no Brasil, por meio de parcerias, e ainda tem 10 mil hectares da usina (o nome não deixa de conter uma ironia) Guarani.

17) E ainda temos 25 mil hectares com o Galtere,

um fundo de investimentos criado por ex-vendedor da Cargill, para produção de arroz e soja. O grupo tem na mira mais 22 mil hectares.

18) A cana de açúcar volta a aparecer no relatório com 35 mil hectares da própria Cargill. A Proterra Investment Partners investiu, em 2015, US\$ 175 milhões em usinas no Brasil.

19) O Teachers Insurance and Annuity Association (TIAA), fundo de pensão de professores, administra uma das fatias mais representativas entre os investidores estrangeiros: 424 mil hectares. Em parceria com a Cosan, com a Shell na retaguarda.

20) Finalmente, e reiterando que esta lista trata apenas dos investimentos mencionados pela Grain no relatório de 2016, a YBY Agro controla 320 mil hectares de terras no Brasil. A empresa foi criada por dois ex-executivos brasileiros do Bank of America. Mas 45% da companhia pertencem a fundos privados dos Estados Unidos. Outros 35% ficam com o grupo brasileiro Francioni Brothers y Golin. As terras ficam no cerrado.

Total de terras de brasileiros no mundo, conforme a lista parcial da Grain (Oceania, África e América do Sul): 124 mil hectares.

Total de terras controladas no Brasil pelos 20 grupos estrangeiros mencionados: 2,74 milhões de hectares. Um Haiti. Ou metade da Croácia.

Média por grupo: 137 mil hectares.

# Tapeba: resistência a despejo e mais de três décadas na luta pela demarcação

Após tantos embates com as forças locais e nacionais contra a demarcação, os Tapeba, do Ceará, mostram resiliência e firmeza para prosseguir na luta pelas terras tradicionais, apesar das ameaças

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Acolá se vê uma lagoa sendo aterrada, blocos de concreto empilhados e uma área desmatada - totalmente descabelada; não há vida, gente. É árido mesmo. Desse lado o que se vê é o inverso: a mata avolumada e desgarrada, casas com quintais brotando em milho, feijão e macaxeira. Gente indo e vindo, crianças correndo ou caçando grilos para presentear. Acolá é terra de branco. Desse lado é a retomada Caminho do Trilho, Terra Indígena Tapeba, município de Caucaia, no Ceará.

O Caminho do Trilho é um símbolo. Localizada na Gleba Palmirinho, que ao lado da Gleba Tapeba compõe a terra indígena, as famílias que ali vivem recuperaram o chão tradicional de forma resiliente. Decidiram não mais viver entre a linha de trem da Transnordestina, há pouco desativada, e as cercas dos posseiros. Ao longo dos anos, retomaram cinco áreas. A última, 400 hectares de mata usados para a reprodução física e cultural. Não era o que planejava para o local a STG Construções Imobiliárias.

Com licenças ambientais do governo do Ceará e da prefeitura de Caucaia, a empresa queria - e quer - construir no lugar. Os Tapeba não aceitaram. Atualmente, 67 famílias vivem nessa parte da comunidade Caminho do Trilho e, em 13 de fevereiro, comunicaram à Fundação Nacional do Índio (Funai) que seguirão resilientes, apesar do fim do prazo concedido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região para a saída das famílias, parte de uma decisão de reintegração de posse favorável à STG Construções.

Desde então, o despejo forçado poderá ocorrer a qualquer momento. A decisão do TRF-5 autoriza o uso de tropas da Polícia Militar para a retirada forçada dos Tapeba. "A Funai irá recorrer da decisão ao STF (Supremo Tribunal Federal) e a 6ª Câmara da Procuradoria-Geral da República (PGR) vai emitir um relatório mostrando que se trata de ocupação tradicional. Estamos otimistas, mas atentos e decididos a permanecer e lutar pela nossa terra", crava Ricardo Weibe Tapeba.

Weibe é uma jovem liderança. Advogado, nas últimas eleições tornou-se vereador de Caucaia - mais para frente você saberá o que isso significa, de fato. Ao lado do cacique Alberto Tapeba e de seu pai, a histórica liderança Dourado Tapeba, referência para o movimento indígena do Ceará, Weibe fala em nome de um povo que luta há pelo menos 32 anos pela demarcação do território tradicional. Os demais povos do Ceará enxergam na luta Tapeba algo de emblemático. A história explica a razão.

## De 36 mil para 5 mil hectares

O povo Tapeba deu origem ao município de Caucaia. Como era habitual por parte da Coroa Portuguesa, os Tapeba receberam uma Sesmaria que hoje bate na casa dos 36 mil hectares. Acontece que, tal como hoje em dia, regras e leis nunca foram respeitadas por seus próprios

criadores. Os indígenas, então, passaram a sofrer massacres e, afugentados, instalaram-se em áreas afastadas do início desordenado e violento de Caucaia. Todavia, a cidade os perseguiu; implacável.

Num salto histórico de séculos, a parte contemporânea dessa história tem como marco a década de 1970. Apesar da ditadura militar, os Tapeba reivindicavam o território tradicional. Em 1985, a Funai quis oferecer uma colônia agrícola aos Tapeba - conforme previa o Estatuto do Índio. "A gente não quis porque podia viver índio e branco nessa conformação. Então veio, a partir dali, uma outra visão: o nosso território era de ocupação tradicional", explica Weibe Tapeba.

Assim a Funai procedeu e o processo de demarcação se arrastou até... 1997. Ou seja, apenas doze anos depois o Ministério da Justiça publicou a Portaria Declaratória. A ressaca da festa ainda podia ser sentida, 48 horas depois do Diário Oficial da União chegar aos leitores, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou todo o procedimento demarcatório atendendo à prefeitura de Caucaia. A municipalidade alegou que não participou do Grupo de Trabalho da Funai.

Em 2002, um novo procedimento demarcatório foi iniciado para ter a Portaria Declaratória publicada em 2006.



Toré Tapeba na área retomada de Caminho do Trilho

“Foram muitos equívocos acumulados. Nossa terra, de 36 mil hectares caiu pra 5 mil, após décadas de anulação de procedimentos. Não resta alternativa ao povo Tapeba a não ser retomar o que é seu. Vamos lutar com todos os recursos legais disponíveis”

Weibe Tapeba



Weibe Tapeba (primeiro plano): "Vamos resistir"



“ Não temos casa para morar a não ser a terra que é nossa, onde a gente colhe o alimento e cria os filhos. Por isso, essa luta não é só Tapeba, mas de todos os povos indígenas, quilombolas e sem terras”

Cláudio Cajá Tapeba

procedimentos. Agora, esse acordo, não cumprido. Não resta alternativa ao povo Tapeba a não ser retomar o que é seu. Vamos lutar com todos os recursos legais disponíveis”, enfatiza Weibe Tapeba.

### Articulação e criminalização

Cláudio Cajá Tapeba é uma das lideranças da retomada do Caminho do Trilho. Historicamente, sempre foi ativo no movimento indígena do Nordeste, sobretudo na Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste (Apoimne). Entende o poder da articulação: “Não temos casa para morar a não ser a terra que é nossa, onde a gente colhe o alimento e cria os filhos. Por isso essa luta não é só Tapeba, mas de todos os povos indígenas, quilombolas e sem terras”, ressalta.

Na terça-feira, 14 de fevereiro, o poder de tal articulação reuniu ao menos uma dezena de organizações aliadas dos Tapeba e povos do Ceará, caso dos Pitaguary, Anacé e Jenipapo-Kanindé. No estado são 24 terras indígenas reivindicadas, sendo que apenas a Tremembé do Córrego João Pereira, do povo Tremembé, entre os municípios de Acaraú e Itarema, está homologada e uma Reserva foi criada para o

povo Anacé, em Caucaia (Anai, 2017) por causa dos impactos definitivos do Complexo do Pecém.

“Estamos na força dos nossos encantados para dizer que somos todos Tapeba nessa luta”, frisou o cacique Cauã Pitaguary. Já Climério Anacé destacou a emblemática luta dos Tapeba e disse que seu povo “está espiritualmente e fisicamente com os Tapeba nesse enfrentamento que fortalece os indígenas como um todo”. Território e criminalização podem ser consideradas pautas unânimes entre os povos do Ceará, ainda mais com a defasagem demarcatória apresentada pelos dados.

Weibe Tapeba enfrenta uma outra face da caminhada indígena.



De vermelho, Dourado Tapeba. Ao seu lado, Cláudio Cajá Tapeba. Lideranças históricas

Todos os impedimentos judiciais para a publicação da Portaria Declaratória deixaram de existir. A Funai emitiu parecer para as mais de 50 contestações, derrubando-as. Weibe explica que os 5.800 hectares da demarcação, com o acordo, caíram para pouco mais de 5.200. “Acontece que o governo não cumpriu. Com o procedimento liberado pela Funai, o Ministério da Justiça pactuou trinta dias para a publicação. O prazo se encerrou em novembro de 2016”, denuncia o Tapeba.

O resultado veio numa enxurrada de novos processos judiciais contra a demarcação e liberação para as plantas da STG Construções Imobiliárias no Caminho do Trilho. “Foram muitos equívocos acumulados. Nossa terra, de 36 mil hectares caiu pra 5 mil, após décadas de anulação de

A reintegração de posse contra a retomada do Caminho do Trilho o teve como réu. “A criminalização também não é algo novo. Já sofremos processos por dano ao patrimônio e até formação de quadrilha”. Apesar de tudo, o indígena ressalta: “Temos aqui treze escolas e um Subsistema de Saúde Indígena que, apesar dos problemas, funciona para os 7.400 Tapeba que vivem aqui na terra. Avançamos. Não vamos parar”. Diante de um contexto de forte investida da oligarquia regional contra os Tapeba e o completo desrespeito do governo federal ao direito territorial, Weibe ter se tornado vereador é o sinal que muita coisa mudou em Caucaia, numa marcha irreversível. Essa marcha, cada vez mais, leva o povo a seguir resiliente, levantando casas, plantando comida, criando os filhos e botando a história adiante. ♦

Novo procedimento, novo banho de água fria: mais uma vez o STJ anulou todo o trabalho. A Prefeitura de Caucaia reafirmou que não foi chamada ao Grupo de Trabalho da Funai, o que contrariava a decisão do STJ de 1997. “Tudo foi mais uma vez reiniciado em 2010. Dessa vez, com o município no Grupo de Trabalho. Em 27 de agosto de 2013, o Relatório Circunstanciado saiu”, diz Weibe.

Por trás das ações da prefeitura de Caucaia no STJ estava a poderosa família Arruda. Em 1997, estava o prefeito José Geraldo Arruda; 2006, a esposa Inês Arruda. O problema é que em 2013 os Arruda não estavam na prefeitura. Apesar disso, ingressaram com ação por conta própria na 3ª Vara Cível de Fortaleza. Sem sucesso, foram bater no TRF-5. Bingo: conseguiram a anulação do processo. No Ministério da Justiça estava José Eduardo Cardozo, que tinha uma ideia para os povos indígenas.

### Mesa de diálogo, acordo descumprido

Mesmo solapado do Palácio do Planalto num golpe com forte participação de inimigos declarados dos povos indígenas, o governo Dilma Rousseff tentava cativá-los. Visando atendê-los, o ministro Cardozo propôs aos povos indígenas com conflitos de terras mesas de diálogos envolvendo seus antagonistas, a Funai e o Ministério Público federal (MPF). A ideia era picotar as terras indígenas, apagando das demarcações áreas de interesses privados diversos e que surgissem, colocando em risco a “governabilidade”.

“Decidimos pela mesa de diálogo e assinamos um acordo em 19 de fevereiro de 2016”, afirma Weibe Tapeba. A prefeitura de Caucaia e o governo do Ceará retiraram as reclamações interpostas no período do contraditório - 90 dias em que qualquer pessoa ou ente pode questionar o Relatório Circunstanciado da Funai. Com a família Arruda, os Tapeba acordaram de abrir mão de parte da Fazenda Soledade, enquanto eles abriram mão de duas outras áreas da demarcação. Os Tapeba desistiram de hectares perto do centro de Caucaia e terras usadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

# Terror na aldeia Teles Pires

Ministério Público pede indenização de R\$ 10 milhões para vítimas da Operação Eldorado. Em 2012, ação policial resultou na morte de Adenilson Krix Munduruku

Sue Branford e Maurício Torres, no *The Intercept Brasil*\*

**N**a língua munduruku, a palavra usada para se referir ao indivíduo não indígena é *pariwat*, que também quer dizer “inimigo”.

Talvez, se a coordenação da Operação Eldorado, realizada em novembro de 2012, soubesse disso, teria ao menos imaginado o caráter guerreiro do povo Munduruku e sua complexa relação com o mundo do “branco”.

Porém, um contingente bélico foi enviado para a terra indígena, ignorando que entrava em território de uma sociedade com seus próprios idioma, cosmologia, organização política, valores, código jurídico e, até mesmo lógica. Agiram sem respeitar a distância que separa o mundo do “branco” da sociedade munduruku.

Os resultados eram previsíveis: extrema violência, a trágica morte de Adenilson Krix Munduruku e mais uma profunda ferida nas relações entre povos indígenas e o Estado Brasileiro.

Quatro anos depois do desastroso episódio, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou uma ação judicial, com base nas entrevistas realizadas para esta série, exigindo que o Estado pague uma indenização de R\$ 10 milhões por “danos morais coletivos” aos índios Munduruku.

## Índios e garimpo

A Operação Eldorado foi realizada em cumprimento à decisão da Justiça Federal de Mato Grosso que determinava a destruição de dragas que garimpavam ouro ilegalmente no rio Teles Pires (veja o mapa, montagem de Maurício Torres), nas terras indígenas dos povos Munduruku, Apiaká e Kayabi. Um contingente de 150 homens da Polícia Federal (PF), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) integrava a ação coordenada pela PF.

Em nota distribuída alguns dias depois da ação, a PF esclareceu que o objetivo da operação era desmontar um esquema criminoso em que o ouro extraído de terras indígenas era comprado por Distribuidoras de Títulos de Valores Mobiliários, empresas que atuam como intermediários no mercado financeiro e de capitais. Alegadamente, tais empresas aproveitavam sua função legítima de plataformas de investimento para “lavar” a origem ilegal do ouro, movimentando mais de R\$ 150 milhões em dez meses.

Como a extração do ouro era ilícita, dismantelar o esquema criminoso incluía destruir as dragas utilizadas no processo.

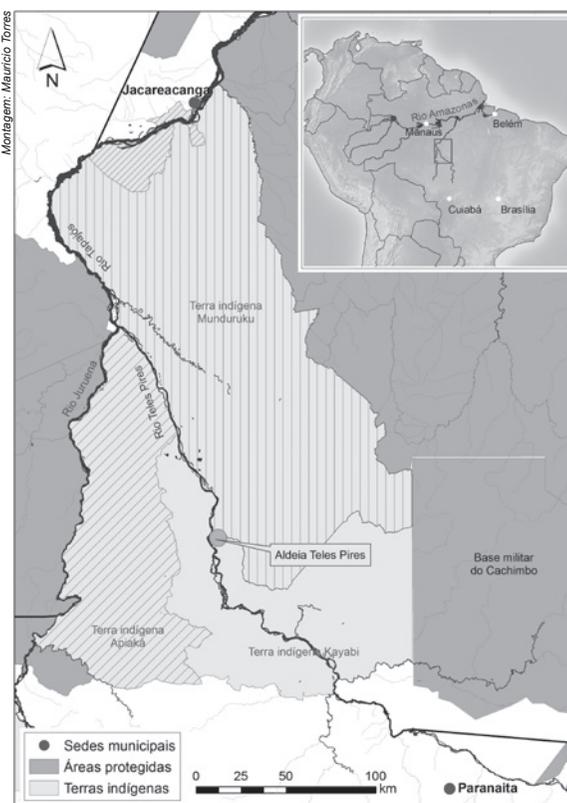
Se parecia haver justificativa para realizar a operação em si, o modo como a ação foi executada sintetiza a violência institucional contra povos indígenas no Brasil.

Uma das dragas que deveria ser destruída operava perto da aldeia Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará. Alguns Munduruku trabalhavam na draga esporadicamente e mantinham relação muito próxima com seu dono, Camaleão, que também é uma liderança Munduruku da aldeia vizinha.

Ao contrário do que muitos podem imaginar, nada disso é novidade. Desde o século XVIII há garimpo



Cápsula de gás lacrimogênio utilizada na Operação Eldorado



naquela região e, na década de 1970, foi descoberta ali a província aurífera mais extensa do planeta, justamente sob território munduruku. A história mostra que os indígenas só conseguiram manter seu território porque lograram controlar a garimpagem, de modo que não se deve estranhar a relação desse povo com o garimpo.

Além disso, o trabalho dos índios no garimpo era um meio de levantar dinheiro para o movimento de resistência munduruku contra os projetos hidrelétricos no Tapajós. Estes recursos foram essenciais para viabilizar, entre outras ações, as duas ocupações munduruku no canteiro da usina de Belo Monte, no rio Xingu, em protesto contra o atropelo dos projetos barrageiros no Tapajós.

Mapa mostra a localização da aldeia Teles Pires, no estado de Mato Grosso, um dos alvos da Operação Eldorado em 2012



Eles discutem até chegar a um consenso, o que comumente faz com que suas reuniões estendam-se por dias e, não raro, mais de uma semana.

Na versão apresentada pela Polícia Federal e pela Funai, no dia 6 de novembro de 2012, houve “uma longa reunião, com duração de cinco horas, em que teria ficado acordado com os Munduruku a destruição da draga”. “Longa reunião” nos parâmetros de quem é de fora. Ao deixar a reunião, a PF provavelmente não imaginava que seriam necessárias outras muitas horas de conversa para se chegar a um consenso. A distribuição de poder entre os Munduruku é muito horizontal – não só as lideranças, mas absolutamente todos têm direito à fala e sempre procuram exercê-lo. Os Munduruku nunca decidem por votação; eles discutem até chegar a um acordo, o que comumente faz com que suas reuniões estendam-se por dias e, não raro, mais de uma semana.

### As regras de boa educação na casa dos Munduruku

Outra falha evidente da operação, e que já permitiria adiantar muito de seu desastroso desenrolar, foi desconsiderar a organização, os costumes e os valores dos donos do território onde se entrava.

Qualquer visita a uma aldeia munduruku exige um rígido protocolo, como nossa equipe vivenciou. Mesmo convidados pelo cacique, esperamos no porto, onde desembarcamos, até que um jovem guerreiro peça ao cacique permissão para entrarmos na aldeia. Em alguns minutos, ele volta e nos guia ao barracão comunitário, onde ocorre a primeira reunião de muitas que se seguiriam ao longo de quatro dias.

No dia seguinte, fomos acordados por um sino chamando para o café da manhã coletivo, onde ocorre uma nova reunião. Ali, comunicam-nos qual seria a programação dos dias seguintes, entretanto, nada segue esse roteiro. O fato de a programação não ser cumprida não significa que não tenha importância. Sua função é a de cumprir um ritual. Deixar de seguir esse protocolo seria uma grave falta de educação e uma ofensa a nossos anfitriões.

Historicamente, essas diferenças foram afrontadas pelo Estado em um projeto de “assimilação” das muitas nações indígenas à dita sociedade nacional. Infelizmente, essa prática não ficou no passado, como explica Erika Yamada, relatora de Direitos Humanos e Povos Indígenas da Plataforma Dhesca e perita da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas.

A relatora classifica como “racismo estatal” a maneira como o Estado brasileiro ignora as formas de organização política e os protocolos dos Munduruku e de outros povos indígenas, algo que “precisa ser seriamente reavaliado pelo Estado, para reverter a situação de violência e discriminação e para que seja possível se afirmar que o país reconhece e respeita a diversidade”.

Na Operação Eldorado, a PF, não seguiu essas regras. O líder da operação, delegado Antônio Carlos Moriel Sanchez, devia ser experiente já que durante seis anos esteve encarregado da unidade para a prevenção de crimes contra indígenas.

“Vi muito sangue debaixo da balsa, era o sangue do nosso parente”

Em 7 de novembro de 2012, dia seguinte à reunião com a PF, o aparato de guerra chegou à aldeia, com helicópteros e lanchas, e, de acordo com os índios, imediatamente começou a destruir a draga.

landra Waro Munduruku, filha do então cacique, conta: “Disseram que ia ter reunião com eles.

A gente se preparou, se arrumou, fiquei do jeito que eu estou agora. Quando a gente veio para receber, a gente só recebeu esse terror. Foi um dia de terror”.

A PF diz ter entendido como “uma emboscada” o cerimonial de recepção para o qual landra vestiu sua saia de palha e para o qual os homens se pintaram e se adornaram com arcos e flechas, segundo nota divulgada. “Mais de cem índios ‘pintados para a guerra’ atacaram com armas de fogo e arcos e flechas cerca de 35 policiais”.

A nota da PF – que omite o fato de terem matado Adenilson Krixi – acrescenta que os Munduruku atiraram com “armas de fogo”, o que, segundo o Ministério Público Federal (MPF) e os indígenas, não aconteceu. O texto afirma ainda que gravações telefônicas autorizadas judicialmente comprovavam haver “intenção anterior do líder indígena em atacar os policiais”. Entretanto, tais áudios nunca vieram a público e a PF não respondeu ao contato da reportagem para falar sobre o caso.

O modo desrespeitoso como a PF toma de assalto a aldeia já predispõe todo o grupo. À tensão logo se soma outro incidente. De acordo com o MPF, Camaleão, indígena dono da draga, tenta deter o delegado que comandava a operação e é empurrado por ele. Ato contínuo, Adenilson Krixi, que está atrás de Camaleão, empurra o braço do delegado, que, segundo os relatos dos Mundurukus que estavam próximos, desequilibra-se no barranco e cai no rio. Com água pela cintura, o delegado dispara contra Adenilson. Três balas lhe acertam as pernas, quebrando-lhe a tibia, e ele cai na água, onde recebe um quarto tiro e afunda já sem vida.

Genivaldo Krixi Munduruku, irmão de Adenilson, estava ao seu lado quando tudo aconteceu: “Eu disse para eles [a PF] pararem, para manter a calma. Estavam soltando bomba. O meu irmão estava sangrando. Ele conseguiu se arrastar ainda, mas quando o delegado atirou na cabeça ele apagou. Queriam matar ele, mesmo”.

Com a exumação do corpo, confirmou-se o que disseram os indígenas: Adenilson (na foto abaixo) foi morto pelo quarto tiro, na nuca. Nas palavras do MPF, foi executado.

### O terror em vídeo

A partir daí o terror se instala na aldeia Teles Pires. Ainda que nenhum indígena portasse arma de fogo, os agentes do Estado parecem perder o controle e dispararam balas de borracha e munição mais letal, além de bombas de gás lacrimogêneo. Os guerreiros Munduruku respondem com flechas. Vários índios foram atingidos com balas de borracha e outros com projéteis mais letais. Alguns policiais foram feridos com flechas.

Genivaldo Krixi continua: “Fiquei completamente perdido, tanto tiro, tanta fumaça. Ardeu o olho da gente. Encontrei meu filho pequeno, de dois anos, chorando, e levei ele para casa”.

Krixi Biwün, irmã de Adenilson e uma respeitada guerreira munduruku, acrescenta: “Estava escondida na mata. Vi os filhos correndo. Doía muito. O meu irmão tinha morrido. A polícia botou para matar a gente”.

O velho Eurico Krixi Munduruku levou dois tiros, um de raspão no pé e outro no braço. Depois disso, conta, “Vi muito sangue debaixo da balsa, era o sangue do nosso parente. Eu fiquei com medo e saí correndo. Aí meu braço ficou pesado e eu não conseguia mais

correr. Era a bala de fuzil que tinha pegado no meu braço. Meu neto me ajudou a chegar em casa”.

A esposa de Adenilson, Ivete Saw, estava torrando farinha de mandioca quando ouviu a notícia de que seu marido havia sido morto: “Eu podia ouvir as bombas, o tiroteio, tudo, da cabana de mandioca. Então minha filha veio e disse: ‘Mãe, eles mataram papai’. Eu derrubei a farinha de mandioca e corri para o rio. As pessoas disseram: ‘Não vai, vão te matar também’. Eu queria ir, mas me seguraram. Se tivesse ido, eu tinha morrido com ele”.

A maioria dos indígenas correu de volta para suas casas, mas os policiais foram atrás, arrombando as portas e invadindo violentamente todas as casas da aldeia. Danilo Krixi Munduruku, outro irmão de Adenilson, conta: “A polícia disse para a gente sair de casa, senão eles iam jogar bomba dentro da casa da gente. As mulheres saíram gritando de medo e eles fizeram os homens deitar no chão, no meio da aldeia. Eles apontavam armas para a gente e falavam que, se a gente não obedecesse, a gente ia morrer. Disseram que se morresse um policial, a gente tudo ia morrer. Ficamos ali por horas. Era muito quente e a gente tinha muita sede”.

Diversos índios tentaram filmar o que estava acontecendo em seus telefones, mas os policiais tomaram os celulares, apagaram os vídeos e destruíram os cartões de memória. Alguns indígenas conseguiram esconder os aparelhos e algumas imagens sobreviveram, em um registro histórico da violência perpetrada pelo Estado.

Eliano Waro Munduruku, uma jovem liderança da aldeia, explica: “A gente nunca imaginava que a Polícia Federal ia fazer isso. A gente pensava que a Polícia Federal era defensor nosso”.

Os policiais obrigaram todos os homens, incluindo o pai de landra, a pôr as mãos na cabeça e deitar no chão. “Eu ficava falando: ‘Mas meu pai é o cacique! Vocês têm que tratar ele com respeito!’. Eles trataram todo mundo como criminoso. Meu avô, que tinha 86 anos, foi tratado assim também. Fiquei muito triste de ver ele sendo arrastado pelo chão”.

Edvaldo Borô Munduruku talvez tenha sido vítima de uma das maiores violências. Os tiros que atingiram



landra Waro Munduruku: “Foi um dia de terror.”



Os restos da balsa destruída foram deixados em frente a aldeia, onde as mulheres lavam roupas e as crianças se banham. Além de obrigar a aldeia a conviver com a lembrança do dia de horror, os restos enferrujados, que ficam submersos parte do ano, colocam em risco a segurança de todos

suas costas e seu braço, deixaram sérias sequelas, incluindo um antebraço atrofiado e as articulações dos dedos muito avariadas. Ele conta que já tinha o osso estilhaçado quando os policiais invadiram sua casa e lhe torceram o braço quebrado.

O velho Eurico Krixí também foi perseguido dentro de casa: “A Polícia Federal arrancou a porta e entrou. Me pegaram, mesmo eu estando ferido, e me jogaram dentro do helicóptero. Me fizeram de refém. Eu estava muito doente e queria água, mas eles me deram só um pouquinho. Pedi mais e não deram. Aí eu apaguei e, na verdade, eu estava morto, porque me levaram para a região que nem sei onde é”.

### Prisão e opressão

Dezenove homens, incluindo os feridos, Eurico Krixí e Edvaldo Borô, foram levados presos para Cuiabá, uma cidade em que nunca haviam estado. Muito assustados, temiam não mais voltar à aldeia. Em suas entrevistas à nossa equipe, dois deles revelaram pela primeira vez como foram coagidos naquele momento.

Eliano Waro explicou: “Eu nunca disse isso antes, mas vou dizer agora. Disseram para pôr toda a culpa no Camaleão, o dono da draga. Disseram que se a gente falasse a verdade, a gente ia ficar preso e nunca mais a gente ia voltar para a aldeia. Estávamos tão traumatizados. Nunca acreditávamos que a Polícia Federal nos faria isso. Nós confiamos neles. Então culpamos o Camaleão.”

Quatro anos depois, o horror da Operação Eldorado ainda é muito presente na aldeia. Os restos da draga explodida foram abandonados no porto, como um lembrete permanente do terror vivido. Alguns indígenas não se recuperaram. Edvaldo Borô jamais poderá voltar a trabalhar a terra e o ancião Eurico Krixí mal pode mover o braço direito. Não pode mais pescar e sequer consegue “jogar farinha na boca”, sendo obrigado a passar pela humilhação de comer como um pariwat, com colher.

De acordo com Genivaldo, seu pai nunca superou a morte do filho: “Um dia depois da operação, o corpo de Adenilson apareceu. Boiou. Meu pai viu e nunca se recuperou. Ele ficou quieto, não falou nada e segue assim até hoje”. Outros também estão traumatizados. As crianças têm medo quando ouvem um avião se aproximar. A comunidade perdeu a confiança que tinha na Funai, que, dizem eles, não cumpriu sua obrigação de protegê-los naquele dia fatídico.

O clamor que se seguiu à morte de Adenilson interrompeu a Operação Eldorado. Embora a Justiça



Guerreiros munduruku dançam com pintura usada em cerimônias para receber visitantes. Esta pintura foi confundida pela Polícia Federal como pintura de guerra

Federal não tenha aceitado a acusação do MPF contra o delegado Sanchez, por ter entendido que ele agiu em legítima defesa, ele acabou sendo transferido para a Bolívia. Solicitamos uma entrevista com ele, mas não obtivemos resposta.

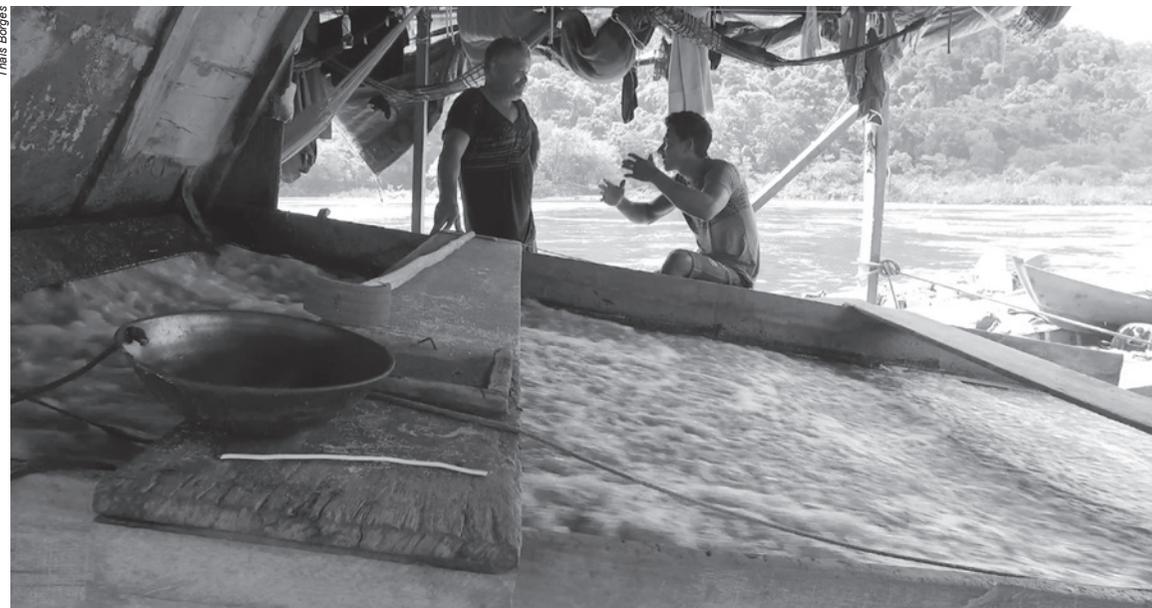
Embora nunca tenha ficado provado que a Operação Eldorado foi pensada para enfraquecer os Munduruku, o fato é que ter perdido a draga de garimpo tirou-lhes muito da possibilidade de autofinanciarem suas ações de protesto contra os projetos barrageiros na bacia do Tapajós.

Alguns membros da comunidade estão se recuperando lentamente, como Biwün, que, apesar de tudo, segue uma guerreira munduruku: “Demorou muito tempo para eu ficar normal e voltar a lutar contra esses empreendimentos do governo. Mas nós, mulheres munduruku, somos guerreiras e temos que lutar contra tudo que não presta”. O lugar da mulher como guerreira faz parte da cosmologia munduruku, como uma determinação de seu deus criador: “Foi Karosakaybu que fez essa lei

para as mulheres serem sempre guerreiras”, explica Biwün. “E a gente tem ervas para dar nos banhos das meninas, desde pequenas, e tirar o medo e ser sempre guerreiras”.

“O meu irmão estava sangrando. Ele conseguiu se arrastar ainda, mas quando o delegado atirou na cabeça ele apagou. Queriam matar ele, mesmo”

Genivaldo Krixí Munduruku



Garimpo artesanal no rio Teles Pires

### Danos morais coletivos: o Estado no banco dos réus

Ao saber de nossa visita, a procuradora do Ministério Público Federal (MPF) em Itaituba (PA), Janaína Andrade de Sousa, requisitou as entrevistas que havíamos registrado na aldeia Teles Pires e, em 17 de novembro de 2016, instaurou uma ação civil pública contra o Estado por “danos morais coletivos” infligidos aos índios Munduruku em decorrência da Operação Eldorado. Apesar das violações que afetam diariamente os indígenas no Brasil, é relativamente incomum que sejam ajuizadas ações de reparação, ainda mais exigindo ressarcimento da ordem de R\$ 10 milhões.

Os golpes contra os indígenas da aldeia Teles Pires não terminaram com o fim da Operação Eldorado. Apenas alguns meses depois, um importante marco sagrado desse povo, a cachoeira de Sete Quedas, foi destruída pela hidrelétrica de Teles Pires – um golpe ainda mais terrível sobre a identidade dos mundurukus. Outros projetos seguem em curso, como o de uma hidrovía que destruiria diversos locais sagrados na cosmologia munduruku.

As obras de infraestrutura parecem ser apenas a ponta do iceberg.

No processo de pesquisa para esta reportagem, descobrimos que a mineradora Vale S.A. – com extensa ficha de conflitos com indígenas e desastres ambientais ocasionados por seus projetos – já protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) diversas requisições de lavra e pesquisa de ouro exatamente no local onde a draga destruída operava, sob a aldeia e seus arredores.

A mineração em terras indígenas ainda não foi regulamentada, conforme determinou a Constituição de 1988, mas isso pode mudar se o novo Código de Mineração, apoiado por um poderoso lobby no Congresso, for aprovado.

Com ataques como a Operação Eldorado e outras agressões praticadas pelo Estado, os Munduruku tiveram sua resistência abalada. Entretanto, continuam sendo um povo guerreiro, descendente dos grandes cortadores de cabeças – como eram conhecidos até o início do século XX. Eles já superaram muitos desafios e contam com Karosakaybu e com uma legião de guerreiras como Biwün, para enfrentar o que está por vir. ♦

\* Colaboração: Thaís Borges. A série “Tapajós sob Ataque”, escrita pela jornalista Sue Branford e pelo cientista social Mauricio Torres aborda os projetos industriais na bacia do Tapajós, seus impactos ambientais e suas consequências para os povos indígenas e comunidades tradicionais da região. O material é fruto da colaboração dos autores com os sites The Intercept Brasil e Mongabay. Para ler todas as matérias, acesse <https://theintercept.com/series/tapajos-sob-ataque/>

# Irmã Delminda: guerreira na luta pela vida dos povos

A missionária franciscana que transbordava carinho, cuidados e respeito com os povos indígenas, há quase três décadas, saiu de cena em janeiro. As homenagens das lideranças do Sul atestam seu legado

**Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul**

**M**inda, Delminda, “mãe veia”. Assim ela era conhecida entre os povos indígenas e entre seus companheiros de caminhada. E foram muitas as caminhadas, as lutas, as esperanças partilhadas e as utopias que esta guerreira ajudou a semear nos espaços em que atuou, como missionária e como militante. Ela trabalhou incansavelmente, e, durante muitos anos, na defesa dos direitos dos povos indígenas, e foi exemplo de conduta respeitosa, solidária e comprometida com a vida, com a saúde e com a dignidade das pessoas, em todas as suas dimensões, nos muitos lugares por onde passou.

Irmã Delminda é lembrada por seus gestos simples, por suas palavras afetuosas, por sua preocupação com a valorização dos saberes tradicionais e com as práticas ligadas à saúde popular e à medicina alternativa.

No dia 8 de janeiro ficamos muito tristes com a notícia de sua morte, em decorrência de uma embolia pulmonar e, conseqüente parada respiratória. Perdemos, neste dia, uma grande companheira de luta, firme em suas convicções e serena na maneira de defendê-las, expressão da sabedoria adquirida em anos de atuação e em um amor infinito pelos mais necessitados.

Ir. Delminda fez o curso de formação básica do Cimi na década de 1970, quando atuava na terra Indígena Xapecozinho/SC. Em seguida, dedicou sua ação missionária nos primeiros acampamentos dos trabalhadores rurais sem terra, em Abelardo Luz. A partir dos anos 1990 ela passou a atuar do modo exclusivo junto aos povos indígenas, consagrando a eles sua vida, especialmente através da Pastoral Indigenista, da Pastoral da Criança e da Pastoral da Saúde.

Durante as celebrações e homenagens, de modo comovente, indígenas lembraram o quanto a “mãe veia” foi importante para as comunidades onde ela sempre se dedicou de forma comprometida e engajada na vida das pessoas. Ela foi, no entender das lideranças,



**Grande companheira e incansável, Irmã Delminda dedicou décadas à defesa dos direitos dos povos indígenas**

uma mulher guerreira, que mesmo quando esteve com a saúde debilitada não media esforços para que todos, mas especialmente as crianças, pudessem ter melhor qualidade de vida.

Delminda era uma pessoa alegre, simples, companheira e sonhadora. Ao conceber a morte como passagem, temos a certeza de que seu exemplo ficará, assim como seus ensinamentos e sua luta para que as comunidades indígenas vivam com dignidade, tenham seus direitos garantidos, em especial o direito aos seus territórios.

O Conselho Indigenista Missionário, Regional Sul solidariza-se com os familiares de Delminda e com a Congregação das Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora. Temos a certeza que Ir. Delminda já está com Sepé e com todos aqueles que dedicaram suas vidas à justiça e ao bem viver.



## Tributos indígenas a uma grande mulher

*“Perdemos uma grande mulher. Um ser humano maravilhoso, caráter invejável que amava incansavelmente a causa indígena. Os povos indígenas estão de luto”.*

**Luciana**, da Terra Indígena Xapecozinho

*“Conhecemos a Irmã Delminda há muitos anos. Admirávamos a capacidade de trabalhar junto com as comunidades. E agora recebemos a notícia que Deus a chamou. Com certeza preparou para ela um lugar muito especial, lá no céu”.*

**Darci Alves**, da Terra Indígena Toldo Pinhal

*“Seus mais de trinta anos dedicados à causa indígena não serão em vão!!! Voluntária na Pastoral da Criança, ela deixará legado!!! A atitude guerreira dedicada à melhoria da qualidade de vida; a longa busca pelo bom uso da natureza; a promoção dos direitos que identificam nós, os indígenas, junto a uma sociedade cada vez mais discriminatória. Tudo isso era defendido por essa guerreira. Descanse em paz Irmã Delminda Lara Cardozo”.*

**Adroaldo Fidélis**, da Terra indígena Toldo Pinhal

*“Irmã Delminda foi uma pessoa que dedicou sua vida à causa indígena, com seu dom de conseguir plantar amor, dedicação e muita paz. Foi um escudo brilhante no meio do povo indígena, nunca mediu esforço para estar conosco, sempre alegre, feliz, fez com que muitas mulheres indígenas se tornassem independentes para buscar seu potencial, tanto familiar como profissionalmente. Uma dessas pessoas sou eu, com capacidade de enfrentar a vida. Delminda foi e sempre será nossa protetora e nossa ‘mãe veia’, que merece nossa admiração pela pessoa maravilhosa que foi pra todos nós... Uma guerreira que sempre defendeu os direitos dos Povos Indígenas. Eterna Irmã Delminda”.*

**Cleusa Rodrigues**, Terra Indígena Toldo Chimbangue

*“Enorme perda da irmã Delminda... uma verdadeira guerreira da causa indígena e das mulheres indígenas em especial. Sempre nos incentivando... Devo muito a essa grande guerreira, porque foi ela que me deu o apoio quando eu ingressei na faculdade... Quando as dificuldades vinham ela estava sempre do meu lado, me apoiando, e me dando uma palavra de ânimo... Até breve minha heroína, minha mãe, minha amiga... Estou sem chão no momento, mais sei que ela vai me dar forças pra prosseguir em frente. Seus ensinamentos levarei sempre comigo... Descanse em paz minha mãe! Você foi carregada por anjos e colocada no lugar mais Belo de todos, uma flor para enfeitar os jardins do céu”.*

**Ediane da Silva**, Pinalzinho, Terra indígena Xapecozinho

*“Eu não sabia ler e nem escrever. Você pediu para mim: você vai ser catequista e liderança da Pastoral da Criança e lutar com seu povo na sua comunidade. Fui, estou aqui na sua frente. As plantas que me destes, lembra naquele encontro de líderes? Cresceram... Estão dando frutos, várias lideranças... Te amamos... E vamos te amar para sempre!”*

**Eloir**, baixo Samburá - terra Indígena Xapecozinho

*“Que pena... Guerreira incansável! Aprendi muito com ela.*

**João Maria Roque**, Terra Indígena Paiol de Barro

# Mais de 120 organizações e movimentos repudiam decreto do governo Temer que inviabiliza demarcações de terras

Assessoria de Comunicação/Cimi

Diversas organizações e movimentos sociais divulgaram em dezembro, uma nota repudiando o decreto do governo Temer que pretende modificar os procedimentos para a demarcação de terras indígenas no Brasil. Por meio da imprensa, uma minuta do decreto veio a público naquela semana e provocou a reação do movimento indígena, de organizações indigenistas, entidades apoiadoras da causa e defensores dos direitos humanos.

As organizações ressaltam que a minuta foi elaborada sem qualquer diálogo com o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) nem consulta prévia aos povos indígenas, conforme determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de contrariar a legislação vigente e impossibilitar a resolução dos conflitos atuais envolvendo a demarcação de territórios indígenas.

A versão da minuta que se tornou pública trazia como data o ano de 2016, o que pode indicar que o governo pretendia publicá-la com um “canetada” ao final do ano, para dificultar a mobilização dos povos indígenas contra a medida.



Organizações repudiam tentativa alteração inconstitucional nas demarcações

Em consonância com nota já divulgada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) nesta terça (13), as entidades listam dez itens do decreto que consideram graves violações aos direitos constitucionais dos povos indígenas no Brasil, apontando que ele contraria as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Brasil e “atende aos interesses de setores que pressionam pela aniquilação da existência dos povos indígenas enquanto povos autônomos e culturalmente diferenciados”.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), uma das entidades que assina a nota, avalia que o decreto, se publicado, afetaria a demarcação de aproximadamente 600 terras indígenas em diferentes estágios do procedimento demarcatório.

Entre os vários dispositivos graves previstos pelo decreto está a incorporação do “marco temporal”, uma interpretação restritiva do artigo 231 da Constituição Federal que, na avaliação das entidades e movimentos, serviria somente para “legitimar situações de esbulhos de terras indígenas, posses ilegítimas, irregulares e ilegais e, conseqüentemente, outras violações de direitos humanos dos povos indígenas”.

Exigindo que a minuta que veio a público à revelia do governo Temer seja arquivada e comparando-a ao “tempo das inaceitáveis políticas de confinamento territorial e de assimilação cultural, que podem levar ao extermínio sociocultural ou etnocídio dos povos indígenas”, as organizações concluem: “Sem legitimidade ou justificativa para criar novos procedimentos de demarcação, a proposta minutada não oferece soluções para os conflitos existentes, cria novos entraves e aprofunda as violações e violências contra os povos indígenas no país”.

## Com uma dezena de despejos em 2016, Pataxó ataca marco temporal: “Nega violência sofrida pelos indígenas”

Renato Santana, Assessoria de Comunicação/Cimi

No início deste mês, 30 famílias Pataxó da aldeia Aratikum, no extremo sul baiano, retornaram para a área tradicional de onde foram expulsas e anciãos até a nova retomada. A decisão da Justiça Federal de Eunápolis pelo despejo atendeu ao pedido da proprietária, que vive entre Curitiba (PR) e os Estados Unidos. Os Pataxó estão presentes na região desde a invasão portuguesa, em 1500.

O episódio ilustra de forma precisa um ano com ao menos uma dezena de reintegrações de posse contra os Pataxó - ao menos cinco acabaram executadas. Em carta divulgada nesta quarta-feira, 14, ao conjunto da sociedade, os Pataxó denunciam a “situação de vulnerabilidade social em que se encontram os mais de 20.000 índios no entorno do Monte Pascoal. Estamos em mobilização nacional denunciando o programa neoliberal dos governos, com apoio e aval dos poderes Legislativo e Judiciário”.

Se 2016 para os Pataxó e os demais povos indígenas do país se tratou de um ano de intensa violência e racismo institucional, nada indica que será diferente em 2017. “A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55 representa a intensificação do processo de sucateamento de políticas públicas para efetivação de direitos fundamentais”, diz trecho da nota dos Pataxó. A Fundação Nacional do Índio (Funai) terá no próximo ano o pior orçamento em 14 anos, e só deverá piorar pelas duas décadas adiante.

Diante da conjuntura envolvendo ainda um decreto trabalhado pelo governo na surdina - que pode impedir a demarcação de 80% das terras indígenas em processo, com a adoção do marco temporal - os Pataxó atacam: “Presente nas 19 condicionantes do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o marco temporal vem sendo usado para inviabilizar a demarcação e revisão de limites de territórios indígenas, violando a Constituição e os tratados internacionais, ao mesmo tempo em que nega a



Força policial e violência nas reintegrações em diferentes aldeias dos Pataxó, na Bahia

violência sofrida pelos povos e comunidades tradicionais no processo de esbulho de suas terras”.

No que tange as demarcações, a preocupação entre os Pataxó é grande porque já convivem com a ausência delas na região. “O assédio imobiliário existe na região, atrativa pro turismo. Agora nós entendemos que a moro-

sidade do governo em demarcar as terras permite essa instabilidade jurídica”, explica o presidente da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia, cacique Aruã Pataxó.

A mesma situação de conflito com o órgão governamental repete-se na Terra Indígena Barra Velha. Esta outra área Pataxó, em cujo território incide o Parque Nacional Monte Pascoal, passa por um processo de revisão de limites. Por isso, no final do mês de fevereiro, entre as diversas atividades em Brasília, os Pataxó participaram de uma reunião no Ministério do Meio Ambiente para dialogar com o governo uma solução ao conflito.

Se o governo não resolve questões internas a ele, com terceiros envolvidos a situação segue em aberto. “Era uma terra improdutivo quando retomamos, em 2013. Essa mulher e o marido, um norte-americano, que não vivem aqui, se dizem donos. Fizemos uma escola, casas e nossas roças. O artesanato complementa a renda das famílias”, disse o cacique José Ailton durante o despejo da Aratikum. No último mês de julho, uma delegação Pataxó esteve em Brasília para reivindicar a efetivação da aquisição pela Funai da Aldeia Aratikum.

O diálogo esperado, envolvendo a demarcação das terras, ficou longe de acontecer - tanto no governo da presidente Dilma Rousseff quanto no de seu algoz, Michel Temer. Novas reintegrações foram baixadas pela Justiça Federal de Eunápolis, inclusive com o uso de força policial para retirar 500 famílias das aldeias Morapé 1 e 2, Nova Coroa, Tapororoca, Txica Mayruá e Novos. As seis aldeias ocupam 3 mil hectares dos 5 mil reivindicados pelo povo Pataxó como parte da revisão de limites da Terra Indígena Coroa Vermelha.

Conforme o Banco de Terras do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na Bahia existem 34 terras indígenas: dez encontram-se com o procedimento demarcatório inconcluso, parado em alguma etapa, e sete estão sem nenhuma providência administrativa de demarcação. Outras dez estão registradas, última etapa do processo, seis reservadas (adquiridas pelo governo) e uma dominial.

# 1ª Assembleia do Povo Pyhcop Cati Ji reúne onze aldeias da TI Governador, no MA

Gilderlan Rodrigues da Silva e  
 Filogônio Luiz, Cimi Regional Maranhão

Com cantos, pinturas, ao som de maracá e muita alegria, os Pyhcop Cati Ji (Gavião), Terra Indígena Governador, município de Amarante do Maranhão, realizou a 1ª Assembleia do povo entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro. A atividade contou com aproximadamente 150 participantes, entre lideranças, caciques, mulheres e jovens. Também presentes representantes das associações dos povos Timbira, Wyty Cate e a Articulação das Mulheres Indígenas no Maranhão (AMIMA).

A Assembleia do povo Phycop Cati Ji foi realizada sob o tema “Povo Pyhcop Cati Ji: Construindo seu Projeto de Futuro”. Durante os três dias de Assembleia, o povo Pyhcop Cati Ji, das aldeias Nova Marajá, Governador, Canto Bom, Doze Irmãos, Riachinho, Rubiácea, Água Viva, Monte Alegre, Aldeia Nova, Bom Jardim e Bom Jesus debateram sobre os principais desafios do povo: sonhos, estratégias, projeto de futuro, território, cultura, organização social e política. A realização da 1ª Assembleia era um desejo antigo do povo que, desde 2010, tentava organizar o momento de reflexão coletiva.

Após calorosas discussões, o povo Pyhcop Cati Ji reafirmou o compromisso em rearticular a Comissão de lideranças Pyhcop Cati Ji para a luta do processo da demarcação do território, além de realizar fiscalização do território para combater as constantes invasões e lutar pelo reconhecimento das escolas indígenas. As lideranças indígenas manifestaram a indignação com a morosidade da Fundação Nacional do Índio (Funai) em publicar o relatório circunstanciado de identificação e delimitação.

Denunciaram, ainda, o desejo/interferência de outros povos em querer paralisar o processo de demarcação, além das invasões por madeireiros e caçadores em seu território.



Assembleia do Povo Pyhcop Cati Ji, no Maranhão, para construir seu projeto de futuro

Todavia, o povo manifesta o desejo de viver em um território livre, onde possam praticar sua cultura, seus rituais, coletar e caçar segundo seus costumes.

Ainda durante a realização da Assembleia, o povo Pyhcop Cati Ji realizou a Conferência Local de Educação Escolar Indígena. Refletiram sobre os problemas da educação escolar indígena com os seguintes eixos temáticos: Organização e Gestão da Educação Escolar Indígena; Práticas Pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena; Formação e Valorização dos Professores Indígenas; Políticas de Atendimento à Educação Escolar Indígena na Educação Básica; Ensino Superior e Povos Indígenas. Após a reflexão, o povo realizou a eleição dos delegados que participarão da Conferência Regional.

O povo afirma que a 1ª Assembleia teve seu objetivo alcançado, uma vez que saem fortalecidos politicamente e com as alianças internas refeitas para a luta em defesa dos direitos conquistados, independente dos interesses contrários.

# Jovens guerreiros pela resistência da Terra Indígena Tupinambá de Olivença

Por Haroldo Heleno, Cimi Regional Leste/Equipe Itabuna

Aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença, recebeu entre os dias 8 e 11 de dezembro cerca de 150 jovens, oriundos de diversas aldeias, para reflexões, discussões e planejamento de ações sob o tema “Jovens Guerreiros pela resistência do território Tupinambá”. O encontro contou com a participação e o apoio de representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR).

O encontro foi fruto de encaminhamentos tirados no grande encontro realizado entre os dias 3 e 5 de junho de 2016, também na Serra do Padeiro, quando os jovens definiram pela realização de pequenos encontros - ao término, finalizados com uma grande reunião. Após o encontro de junho, a Comissão Organizadora da Juventude Tupinambá promoveu reuniões nas comunidades, contando com as celebrações dos rituais nas noites de lua cheia. O intuito foi envolver aldeias com pouca participação.

Para a Comissão Organizadora do evento, o desafio foi o de estimular as reflexões dos jovens sobre o território tradicional localizado em uma região de grandes disputas econômicas e sociais. Justamente por isso, a estratégia foi a de promover interações entre as diferentes gerações e provocar a troca de conhecimentos, gerando vivências e oferecendo aos jovens presentes quais foram os caminhos até agora percorridos pelos seus antepassados e quais os passos ainda são necessários.

Este encontro mais uma vez foi marcado por intensos processos de rituais e uma atenta e participativa plenária que durante os três dias discutiram assuntos como: “Demarcação de Terras Indígenas e seus Processos”; “Autodemarcação, como fazer?”; “Diferentes processos: Terras tradicionalmente ocupadas e Reservas propostas pelo governo”. Tiveram a



Jovens de diversas aldeias dos Tupinambá da Bahia refletiram sobre território tradicional em áreas sob disputa

oportunidade de ver a situação quantitativa das reservas e terras demarcadas e em processos de demarcação colocando as dificuldades. Outros temas abordados: “Direitos constitucionais e outros direitos dos Povos Indígenas”; “Criminalização e Genocídio”; “Educação e Saúde diferenciada como direito e não como um presente ou favor”; “Organização interna”; “Comunicação interna e externa como instrumento de Luta” e “Protagonismo juvenil”.

Todas as discussões se pautaram por mesas de conversas, debates, exibição de filmes, momentos de descontração e muita responsabilidade dos jovens, além de uma participação propositiva e positiva dos caciques Babau e Luciano, que deram todo o apoio aos jovens. Cacique Luciano já garantiu a realização do Encontro de 2017 na aldeia Tamandaré, o que foi comemorado pelos jovens.

## Pauta Indígena

1/12

- Nota da Apib: Pela paralisação imediata do novo processo de reestruturação da Funai
- Conselheiros indígenas do CNPI protestam contra alteração no sistema de demarcações de terras no governo Temer
- Munduruku entregam abaixo-assinado contra hidrelétricas no Tapajós e cobram fiscalização de invasores ao Ministério do Meio Ambiente
- Encontro das mulheres Munduruku: Mulheres indígenas na luta!

2/12

- Força-Tarefa Avá Guarani investiga violência contra índios em oito comunidades de MS
- Cimi Rondônia debate os direitos indígenas no contexto da conjuntura política do Brasil
- VI encontro dos Kujã Kaingang: “Nossa força ancestral nos encoraja a lutar”

5/12

- Por unanimidade, Tribunal ordena consulta prévia aos indígenas para a usina Teles Pires
- CDHM e Parlamento Europeu fazem missão conjunta ao MS para apurar violações de Direitos Humanos aos Guarani e Kaiowá

7/12

- MPF/AM: União é responsabilizada por ação de militares em terra indígena na Operação Ágata 4
- Europarlamentares no Brasil: solidariedade aos povos indígenas
- Aty Guasu denuncia violações do Estado brasileiro à OEA durante diligência do Parlamento Europeu no MS

8/12

- Organizações apresentam relatórios para Revisão Periódica do Conselho de Direitos Humanos da ONU
- Cerca de 150 jovens de diversas aldeias participaram do encontro “Jovens Guerreiros pela resistência do território Tupinambá”

12/12

- Governo Temer trabalha na surdina decreto que pode impedir demarcações de terras indígenas
- Em posse para nova composição, Conselho Nacional de Direitos Humanos faz memória a Rosane Kaingang
- Movimentos do campo lançam manifesto contra a Reforma da Previdência

13/12

- Governo Temer insiste em decretar o fim da demarcação das terras indígenas, portanto da existência dos povos indígenas
- Mais de 250 organizações e movimentos repudiam PL que desmonta licenciamento ambiental

14/12

- Indígenas protestam na Seduc/MA, secretário se nega a recebê-los e envia PM para intimidá-los

15/12

- MPF/MG | Justiça Federal obriga Funai a delimitar Terra Indígena Krenak no prazo de um ano
- Com uma dezena de despejos em 2016, Pataxó ataca marco temporal: “Nega violência sofrida pelos indígenas”

20/12

- Encontro de Pajés: “Nossa resistência e nossa história são mantidas pela espiritualidade”
- Povos Tupinambá e Pataxó ocupam estruturas da Sesai por saúde de qualidade e contra mudanças nas demarcações
- Pacote de despejos da Justiça Federal leva tensão a aldeias Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul

28/12

- Crises por dentro das crises no Brasil: reflexos para os povos indígenas

# Olha o índio aí, gente!

José Ribamar Bessa Freire, no blog *Taqui Pra Ti*

**T**em um Brasil que está morrendo e outro que está nascendo dentro de um país de cores e cantos tão diversos. Para identificá-los, não precisa ser médico-legista nem parteira. Basta observar neste carnaval o desfile na Sapucaí, mas com os olhos bem abertos para não confundir um com o outro, já que nenhum dos dois tem samba no pé. Um deles arrasta os pés, mancando, porque, decrépito, está com esclerose múltipla, enquanto o outro, hesitante e trôpego, está aprendendo a andar e ensaia no sambódromo seus primeiros passos. Só pode ver a diferença quem, entendendo a língua dos pássaros, das árvores e dos rios, é capaz de decifrar seus gemidos.

## Berço do renascimento

O Brasil com um pé dentro do caixão fez tudo para abortar o parto do Brasil com um pé fora do berço. Em vão. Domingo (26 de fevereiro), logo depois da meia-noite, cerca de 3.000 componentes da Imperatriz Leopoldinense, entre eles Raoni e outros índios, desfilam em 32 alas e seis carros alegóricos com a rainha de bateria, Cris Vianna, e mestre Lolo no comando da percussão. “Xingu, o clamor da floresta” canta aquilo que foi explorado na Rio-92 por Daniel Matenho Cabixi, um intelectual Pareci, com a palestra “As tecnologias dos povos indígenas na preservação do meio ambiente” publicada pela UERJ.

O enredo celebra os saberes das etnias que vivem no Parque Indígena do Xingu (MT) e a contribuição das civilizações indígenas – “a primeira semente da alma brasileira” – na defesa da natureza agredida, da beleza e exuberância de cores da floresta e de rios limpos e piscosos. Exalta as pinturas corporais, o artesanato, os instrumentos musicais – as flautas e os maracás, a liberdade e a memória sagrada. Dá visibilidade aos índios, fazendo aquilo que a escola, que não é de samba, devia fazer, mas raramente faz. A letra do samba-enredo já foi tema de aulas no Colégio Faria Brito, Zona Oeste do Rio, e no Colégio-Curso Martins, em Vila Isabel, Zona Norte, contribuindo para a implementação da Lei 11.645 que torna obrigatória a temática indígena em sala de aula. “Salve o verde do Xingu, a esperança, a semente do amanhã!”

Esse Brasil que nasce e que está aprendendo a ficar de pé inaugura o diálogo do carnaval com a academia e com os índios, quase sempre discriminados como atrasados ou então folclorizados como exóticos. Da Antropologia, a escola de samba toma emprestado o trabalho de campo como forma de entender o outro, o diferente. Busca na Museologia a curadoria compartilhada com os índios na organização de exposições. Recorre à História para abordar acontecimentos com o conceito de longa duração de Fernand Braudel, abandonando o fatural, nomes de heróis fajutos e sucessão de datas inúteis.

Foi assim que, assessorado pelo antropólogo Carlos Fausto, do Museu Nacional (UFRJ), o carnavalesco Cahê Rodrigues se deslocou ao Xingu onde conviveu com os índios, observou o cotidiano e com eles concebeu o enredo. Viu a área contaminada por agrotóxico, causador de câncer que já matou muitos índios. Viu os rios secando e a mata morrendo. “Voltei de lá com outra cabeça” – disse em entrevista. Viajou para lá com a mente do general Custer e retornou pensando como Touro Sentado, a exemplo do ministro Ayres Brito, do STF, no processo da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Deixou-se educar pelos índios, os maiores especialistas em educação ambiental...

## Escola sem partido

O enredo, dividido em seis setores, começa com o sagrado, passa pelas riquezas da flora e da fauna e aborda a invasão e o roubo de terras. Depois mostra as queimadas, as madeireiras, o agrotóxico e Belo Monte. As alianças de índios com não índios na defesa do Xingu é

o quinto carro, o último é o clamor que vem da floresta. Isso foi suficiente para que o outro Brasil, com o pé no caixão, passasse a agredir a Imperatriz Leopoldinense e incorporasse as escolas de samba no conceito de “escolas sem partido”, que querem nos impor. Mesquinhos, não admitem versão crítica, nem no carnaval. Querem ter o monopólio da narrativa histórica por acreditarem que isso favorece a expansão da soja, do pasto para boi e a ocupação de terras indígenas por ruralistas.

Na última década, em carnavais anteriores, vários desfiles exaltaram a expansão do agronegócio, financiados pelos ruralistas preocupados em limpar a barra diante da opinião pública. A então presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu, desfilou em uma delas, a Mocidade Independente de Padre Miguel que saiu, em 2011, com o enredo “Parábolas dos divinos semeadores”, financiada por empresas de fertilizantes.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO, vixe vixe), figura sinistra do “divino semeador”, propõe uma CPI “para discutir, debater e descobrir os financiadores da Imperatriz Leopoldinense”. A Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) em carta atacou a escola de samba. Lideranças ligadas ao plantio de soja, milho, algodão e cana de açúcar se pronunciaram, alegando que o agronegócio é responsável pela comida e bebida consumidas por turistas no carnaval. Circulou até mesmo denúncia, não confirmada, em matéria assinada por João Paulo Saconi, de que empresários teriam oferecido R\$ 15 milhões aos índios para que não desfilassem.

A escalada de violência culminou com o programa “Sucesso do Campo” da Rede Goiás, afiliada da Record, quando a jornalista Fabélia Oliveira, comentando o samba-enredo da Imperatriz, naturalizou as mortes dos índios, declarando que o índio “vai ter mesmo que morrer de malária, de tétano, de parto”. É a natureza”. Estranha concepção da natureza aliada à morte. Para desqualificar o enredo, ela ajuntou que “o tradicional malandro carioca” não tem autoridade para falar do índio e da floresta.

## Dinossauros em extinção

O carnavalesco Cahê Rodrigues ficou assustado: “Eles insistem em agredir a todo instante, com algumas colocações preconceituosas e racistas. Além de ofensas à escola, eles diminuem a imagem do índio, como se o índio não fosse nada. O índio não tem voz. Todas as vezes que ele quer falar, é calado. O tema foi desenvolvido nas histórias de conquistas e de lutas dos índios do Xingu.”

Os dinossauros são ricos, arrogantes e têm poder, nem parece que estão com o pé na cova... Lembrei, porém, de uma charge publicada há anos na capa de uma revista francesa, que, para ser didática, comete uma impropriedade histórica, confundido temporalidades. Mostra um gigantesco dinossauro que vigiava uma caverna, onde dois seres humanos, pequenos e frágeis, tremiam de medo. Um deles falou assim para o outro: “Por incrível que pareça, esse monstro aí fora, grande e forte, está condenado a desaparecer. E nós, seres humanos, pequenos e desprotegidos, vamos nos perpetuar”. Historicamente, numa perspectiva de longa duração, a classe que emprega agrotóxicos vai se extinguir como os dinossauros.

O Brasil que está nascendo é aquele que, na perspectiva do antropólogo Darell Posey, leva a sério o conhecimento dos índios, incorporando-o à ciência moderna e aos programas de pesquisa e desenvolvimento, que valoriza os índios pelo que são: “Povos engenhosos, inteligentes e práticos que sobreviveram com sucesso por milhares de anos na Amazônia”. Tal postura cria uma ponte ideológica entre culturas, que permite “a participação dos povos indígenas, com o respeito e a estima que merecem, na construção de um Brasil moderno”.

É essa ponte que a Imperatriz Leopoldinense está ajudando a construir. Se o Brasil que morre está tão incomodado, é porque teme que o Brasil que renasce dê uma grande aula na Sapucaí, construindo outra narrativa na passarela mágica e dionisíaca do carnaval, o único espaço no Brasil em que utopia dá certo. Darcy Ribeiro, o criador do Sambódromo, Berta Ribeiro, Maria Yedda Linhares, John Monteiro, Antônio Brand e tantos outros amigos dos índios devem estar requebrando alegremente na tumba ao som do samba da Imperatriz. Olha o índio aí, gente!

“Sangra o coração do meu Brasil.  
 O belo monstro rouba as terras dos seus filhos  
 devora a mata e seca os rios”

(Samba da Imperatriz Leopoldinense, carnaval 2017)



Fernando Frade/Agência Brasil